

HISTÓRICAS

05/03/1871
**Dia da Mulher
Trabalhadora**

+ pág / 20

INTERNACIONAL

EDITORIAL

***A barbárie desatada pelos EUA-Israel
no Oriente Médio abre o prólogo
de uma guerra internacionalizada***

+ pág / 22 a 23

A CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL COMPÕE O QUADRO DE MOVIMENTAÇÕES DA DISPUTA ELEITORAL INTER-BURGUESA

*As direções políticas e sindicais submetem as massas a um novo engano e traem suas lutas para defender o regime capitalista em franca decomposição. **A vanguarda marxista está obrigada a defender a estratégia revolucionária em combate à embriaguez eleitoral dos movimentos.***

EDITORIAL pág / 2 + 3

ELEIÇÕES 2026

NACIONAL

+ pág / 7 a 9

A luta eleitoral contra a ultradireita serve ao **PSOL** para defender uma **política frente-populista burguesa**

+ pág / 4 a 5

A discussão da PEC 8/2025 no Congresso é pura demagogia eleitoral

SINDICAL

+ pág / 12

BOLETIM UICC - APEOESP
Tarcísio amplia a destruição da educação

INTERNACIONAL

+ pág / 26

MAIORES INVESTIMENTOS E PODER AUTORITÁRIO DO ICE SOB A SEGUNDA GESTÃO DE TRUMP

INTERNACIONAL

+ pág / 27

POR MEIO DA DEMOCRACIA BURGUESA, MILEI CULMINA A OBRA DA DITADURA MILITAR

A LUTA PELA Autodeterminação

POVOS ORIGINÁRIOS IMPÕEM A LULA A REVOGAÇÃO DO DECRETO 12.600/2025

+ pág / 18

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

A crise política e institucional compõe o quadro de movimentações da disputa eleitoral inter-burguesa

As direções políticas e sindicais submetem as massas a um novo engano e traem suas lutas para defender o regime capitalista em franca decomposição.
A vanguarda marxista está obrigada a defender a estratégia revolucionária em combate à embriaguez eleitoral dos movimentos.

A concorrência eleitoral inter-burguesa foi lançada e logo se refletiu no agravamento dos choques ao interior das instituições burguesas. A explosão do caso de corrupção envolvendo o Banco Master e a prisão de seu dono, Daniel Vorcaro, são a ponta do iceberg de uma crise que pode agravar ainda mais os conflitos. Com a implicação de Toffoli na participação societária na empresa Maridt, uma das donas do resort Tayayá, e que foi vendido ao fundo do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, o judiciário se viu arrastado ao lodo da disputa eleitoral. Não obstante, o envolvimento de Toffoli em negócios privados que podem ser conflitantes com suas funções públicas não é um caso isolado.

Toffoli foi imediatamente afastado do processo após denúncias e André Mendonça tomou seu lugar. Golpeada pelo escândalo, a Corte Suprema assinalou a possibilidade de aprovar um “código ético” para a magistratura, mas foi logo engavetada. Estourou ainda uma revolta de juízes e desembargadores pela proposta do STF de discutir o fim dos penduricalhos para não ultrapassar o teto salarial constitucional. Mas, também se viu forçado a voltar para trás. Sem dúvida, pesou na decisão de recuar para não provocar mais fissuras entre ministros e magistrados. Sobretudo, a decisão do Congresso de tomar medidas legislativas para manter as benesses por meio de lei. O interesse dos parlamentares não era, evidentemente, ajudar o STF, mas sim cuidar de seus próprios interesses. De avançar a medida do STF e ser bem recebida pela população, teriam de cortar da própria carne e acenar medidas para limitar benesses e penduricalhos que

os parlamentares fagocitam do erário público em benefício próprio.

Segundo a *Lei Orgânica da Magistratura*, não há impedimento para que juízes ou familiares integrem o quadro societário de empresas e recebam dividendos. Muitos juízes possuem fazendas ou participação em empresas agrícolas (Gilmar Mendes, na agropecuária GMF e na Mt Crops dedicada à venda de insumos agrícolas), participações em empresas de serviços (Cristiano Zanin e sua esposa aparecem como sócios de duas empresas; Kassio Nunes Marques é sócio da imobiliária Nunes & Marques e da Educacional e Capacitação Ltda; André Mendonça e sua esposa são sócios da Integre Cursos e Pesquisa em Estado de Direito e Governança Global; Luiz Fux e o presidente do tribunal, Edson Fachin, não têm empresas em seus nomes, mas seus parentes são sócios e proprietários de companhias), possivelmente títulos da dívida pública etc. Graças a sua influência, escritórios de advocacia e assessoria jurídica de familiares dos ministros acedem a clientes que reportam ingressos milionários.

Suas relações políticas e os interesses econômicos permitem a esses burocratas do alto escalão do estado burguês aumentar exponencialmente seus ingressos mensais. Ao mesmo tempo que os leva a usar o judiciário como um meio de negociação com os grandes capitalistas e outros poderes do estado. Isto se revela ainda na discussão da tese do Marco Temporal e da tendência do STF a ser favorável à “pejotização” em favor dos empresários. Os negócios privados dos mais elevados cargos do funcionalismo é um exemplo claro de como ocupar postos não apenas garante elevadíssi-

mos salários, como favorece o parasitismo dessa casta da burocracia sobre os orçamentos públicos e obter lucros privados pela exploração de força de trabalho. Assim, enquanto setores da burguesia associados aos juízes garantem seus lucros, esses garantem uma parte dos negócios.

Os negócios privados dos mais elevados cargos do funcionalismo é um exemplo claro de como calçar postos não apenas garante elevadíssimos salários, como favorece o parasitismo dessa casta da burocracia sobre os orçamentos públicos e obter lucros privados pela exploração de força de trabalho.

Quando são atingidas essas relações e interesses isso reflete-se diretamente na crise política que alimenta a luta intestina ao interior da burocracia e das instituições do estado. Todavia, a condenação de Bolsonaro alertou um setor da ultradireita que era necessário limitar o poder no judiciário, sobretudo dos juízes considerados “mais próximos” a Lula e de sua capacidade para condicionar a disputa eleitoral de 2026. Com a crise que paira sobre os ministros do STF, setores da direita e ultradireita passaram a concentrar seu alvo em Morales e Toffoli, transformando a situação em um crédito político para a campanha eleitoral. André Mendonça e Kassio Nunes Marques, indicados por Bolso-

→ naro, podem servir aos objetivos de fortalecer eleitoralmente a ultradireita bolsonarista ao assumir processos sensíveis ao governo de Lula ou que favoreçam pautas reacionárias no Congresso. Bolsonaristas e aliados visam atingir Lula, e promover processos que possam levar setores da burguesia a se afastarem do caudilho petista. O centrão e setores da direita apoiam (explicitamente ou implicitamente) a ofensiva, visando fortalecer uma alternativa da “terceira via”. Caso essa não vingue, negociar apoio eleitoral aos candidatos para o segundo turno em troca de cargos ou acesso a orçamentos preferencialmente.

É o Congresso a principal caixa de ressonância dos choques institucionais. Foram convocados pelo caso Master integrantes do governo Bolsonaro, de Lula e Dilma. Foi noticiado que o queridinho da ultradireita, Nikolas Ferreira, estava também comprometido por receber favores de Vorcaro. Todos os partidos da ordem burguesa tentam tirar vantagem política e eleitoral da crise. A CPI do INSS deu golpe ainda maior à base governista ao aprovar a quebra de sigilo do filho de Lula, envolvido em supostos esquemas de corrupção com a diretoria do INSS. Surgiram ameaças de impeachment contra Toffoli e a quebra de sigilo de suas contas bancárias foi aprovada pela CPI do Crime Organizado. Há uma clara tentativa do Congresso aproveitar a boiada para enfraquecer um setor do STF. Com a decisão deste de manter o sigilo das contas de Ministros, abriu-se tangencialmente uma crise com a Polícia Federal (PF), que veria sua autonomia para investigações serem retiradas. A PF se utiliza de seu poder para “negociar” maior autonomia operacional por meio de processos da qual extraiem suas vantagens a burocracia fardada, sobretudo, após ameaçada de perder independência pela aprovação do PL Antifacção. É parte desse jogo os processos e prisões contra prefeitos, governadores e ministros (atuais e anteriores) ou ações contra parlamentares por corrupção ou benefícios pessoais à custa do erário público.

A crise política e seus reflexos na disputa eleitoral implodiu também

ao interior do executivo. Boulos mentiu aos povos indígenas do Pará ao afirmar que haveria consulta antes de qualquer projeto de privatizações de hidrovias. Aí veio o decreto assinado por Lula para a privatização do Tapajós em favor da multinacional agroindustrial da Cargill. Com a revolta dos povos originários e vendo sua “popularidade” cair nas pesquisas eleitorais, Boulos e Guajajara deram as caras publicitando que tinha sido revogado. Entretanto, Lula continua privatizando portos, aeroportos, empresas estatais (Correios) e rodovias. Ficou claro que a revogação do Decreto visava aproximar os indígenas a sua campanha eleitoral, enquanto continua o avanço das privatizações em setores que não têm resistência, objetivando aproximar um setor dos capitalistas para apoiá-lo em 2026. Assim como continua seu curso o avanço da contrarreforma Administrativa que mantém drenando recursos da economia para pagamento da dívida pública.

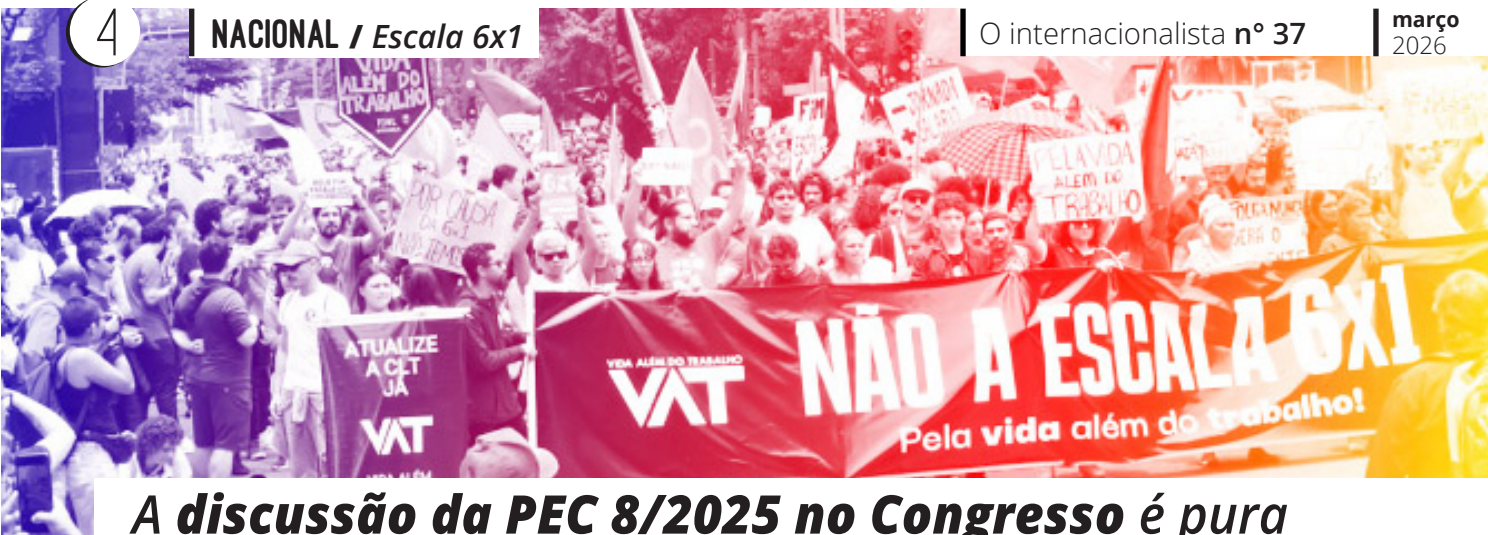
Houve ainda uma declaração de Lula de que as jornadas de trabalho devem ser negociadas entre patrões e assalariados, indicando com sua fala que vá a negociar com o Congresso para que a lei pela redução da Escala 6x1 (ver pág. 4 e 5), embora almeja seja votada ainda este ano para a apresentar como mais “uma vitória política” em sua campanha eleitoral. Esse circo eleitoral será reforçado com as direções sindicais repetindo a ladainha das “vitórias” para as massas dos projetos “progressistas” votados no Congresso e apresentados por Lula, enquanto seguem traindo as categorias e as impedindo de lutar contra os ataques do governo contra suas condições de vida.

Tráfico de Influência, decisões jurídicas e parlamentares à medida da burguesia, projetos do governo que favorecem aos capitalistas e prejudicam os assalariados demonstram que o estado burguês é a junta que administra os negócios da burguesia como classe. Mas, a crise profunda em que se alastra a economia acirra os choques internos entre as frações da burguesia pela apropriação de maiores fatias da mais-valia arrancados do proletariado no seio da produção social.

Essa disputa passa a se refletir – com formas e métodos particulares – nas instituições burguesas e ao interior da burocracia do estado. Os partidos burgueses são o esteio político de seus interesses e as eleições, em última instância, definem suas relações no interior das instituições. A democracia resolve, a cada quatro anos, qual das frações (segundo sua força econômica e interesses) dirigirá o aparelho de estado e como se dividirá suas forças no legislativo para alavancar em comum acordo seus interesses gerais como classe dominante.

Em março, os marxistas lembram e celebram a heroica gesta dos *communards* parisienses. Dessa experiência, Marx extraiu muitas lições. Uma delas é que para erguer um poder próprio, os trabalhadores deverão *necessariamente destruir* a maquinaria do estado burguês, portanto, sua maquinaria burocrática e repressiva e erguer um outro aparelho apoiado firmado na democracia direta e no armamento das massas vitoriosas. Outra lição é que todas as funções legislativas, judiciais e políticas serão realizadas por funcionários eleitos e revogáveis pelas massas, ganhando esses ainda a média salarial de um operário qualificado. Privilégios, corrupção, parasitismo que são as “qualidades morais” da burocracia ligada à burguesia irão desaparecer na transição para o socialismo. E isso acontecerá com a revolução proletária que destrói o poder da burguesia e ergue no poder político ao proletariado, transformando a propriedade privada em propriedade estatizada.

Isso é o que deve ser dito claramente aos explorados pela vanguarda com consciência de classe, marxista, nestas eleições e assim ajudar as massas a superar a embriaguez eleitoral e suas direções políticas e sindicais. Impedidos de fazer uma campanha ou até apresentar candidatos pelas restrições e impedimentos da legislação eleitoral, essa defesa principista, nestas eleições, tomará a forma da defesa do Voto Nulo Programático baseado nas reivindicações mais sentidas das massas, na luta baseada na ação direta de massas para conquistá-las e pela estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●



A discussão da PEC 8/2025 no Congresso é pura demagogia eleitoral: a redução da jornada, sem redução dos salários, será conquistada com a luta de classes

No dia 9 de fevereiro, foi colocada em discussão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a PEC 8/2025 de Erika Hilton (PSOL-SP) que propõe o fim da Escala 6x1 e a aplicação da jornada de 4x3. Junto dessa, foi reapresentada a PEC 221/2019, de Reginaldo Lopes (PT-MG), que prevê uma redução gradual para 36 horas semanais durante um período de 10 anos, mas que não fixa a obrigatoriedade de folgas nos finais de semana.

Assim que foi colocada em pauta, o patronato começou uma campanha oposicionista à sua aprovação nos termos apresentados por Hilton. Em nota publicada na Folha, afirma-se que “reduzir a jornada para 36 horas pode encolher o PIB em 6,2%”. A Faculdade Getúlio Vargas (FGV), afirma que a aprovação da PEC 8/2025 aumentaria os “custos de produção” ao impactar no custo salarial dos empresários. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), “a transição para uma jornada de trabalho menor pode aumentar em 22% o custo da hora trabalhada para quem hoje cumpre o limite constitucional de 44 horas”. Em “áreas que hoje operam com jornadas de trabalho médias elevadas”, a redução da jornada levaria a setores como o de transporte a “uma perda estimada de 14,2% no valor adicionado”, de vigilância e pessoal segurança a uma queda de 6,6% (78,2% das despesas são com o trabalho assalariado), serviços para edifícios em 6% (75,3% de despesas em salários), da indústria extrativa em 12,6%, do comércio de 12,2%, sobretudo, por atingir os ingressos salariais por incentivos, horas extras etc. Segundo Karina Negreli, representante da Feco-

mercioSP, “a realidade do varejo é que opera aos sábados e, muitas vezes, no domingo”, com “aumento de custos ... repassados aos preços e à inflação”.

É muito comum os capitalistas recorrerem ao “catastrofismo econômico” visando manter inalteradas as condições para extrair elevados lucros da superexploração e da redução ao mínimo dos direitos trabalhistas. Esse “terrorismo ideológico” é fartamente alimentado por “estudos” de universidades e centros de pesquisas cujos acadêmicos e especialistas recebem altos salários e benefícios decorrentes de financiamento de bancos e de grandes empresas. Provida desses estudos e pesquisas, a burguesia ameaça com crises e queda da economia apenas para exigir que, se aprovada a PEC 8/2025, seja acompanhada de outras leis e medidas que facilitem a contratação temporal, a precarização trabalhista, o rebaixamento salarial, a não aplicação de convênios coletivos etc. Ao mesmo tempo, prepara uma estratégia para evitar que seja aprovada ainda neste ano, além de uma campanha para desprestigiar a PEC e propor alternativas, a exemplo da desoneração da folha de salários etc.

Os assalariados brasileiros (em empregos formais e informais) trabalham em média 40,1 horas. Deve-se incluir ainda como parte da jornada de trabalho o tempo de deslocamento, assim, a média eleva-se entre 1 a 2 horas. Ao menos 13 milhões de trabalhadores estão em atividades em que o impacto direto da aprovação da PEC 8/2025 não superaria 1% do custo operacional, sobretudo, em atividades da indústria, de serviços e do grande comércio em que a média de horas trabalhadas é menor que as 40 horas semanais. Isso se explica pelo fato do valor em meios de

produção e matérias-primas (capital constante) ser muito superior ao valor da força de trabalho (capital variável). Nas atividades em que a massa do capital variável é levemente inferior ou superior ao valor do capital constante em funções, a redução da jornada de trabalho reduz sensivelmente os lucros – ainda que já são muito elevados pelo fato do preço da força de trabalho ser baixo e as jornadas de trabalho estafantes, sem direitos etc.

Esse é o caso da indústria extrativa, dos serviços de segurança patrimonial e predial, dentre outros, e nos quais a média nacional de trabalhadores com jornada acima de 40 horas é mais elevada: 79,7% – nas empresas com até quatro funcionários, o percentual sobe para 87,7%. Por outras palavras: a redução da jornada de trabalho impactaria os capitalistas medianos e pequenos e aqueles em que grande parte dos custos de produção estão diretamente relacionados à magnitude do capital variável. Os grandes capitalistas da indústria, dos serviços e do comércio poderão “absorver” os efeitos da redução da jornada com a intensificação da jornada de trabalho, precarização, extinção da CLT etc. Mas, apoiam àqueles burgueses mais afetados para assim manterem seus elevados lucros.

O problema da “produtividade”, de que tanto gostam falar os capitalistas, não é somente explicada pela redução da jornada de trabalho, que “poderia” ser compensada pelo aumento do capital técnico e orgânico, movimentando uma maior massa de valores no mesmo tempo – e, nesse sentido existir um aumento da massa da mais-valia arrancado aos assalariados. Essa é uma forma “histórica” dos capitalistas “compensar” ↑

→ serem” a tendência à queda da taxa de lucros. Outra forma seria compensar a diminuição de jornada em um setor investindo capitais em setores onde a jornada é maior, o que acontece como “regra” nos setores precarizados e terceirizados. Como se vê, a resistência do patronato diz respeito não ao fato que a aprovação da PEC 8/2025 seja uma ameaça à produtividade (existem formas de a compensar, como vimos), mas ao fato dos capitalistas resistirem a diminuir a exploração assalariada visando aumentar seus lucros. Não esqueçamos que a precarização se estendeu como rastro de pólvora para todas as áreas dos serviços e da produção.

Essa tendência equaciona as “desvantagens” para os capitalistas pela redução da jornada. Supermercados, hotéis, drogarias, dentre outros setores, já adotaram escalas de 5x2, embora mantiveram a jornada de 44 horas semanais e implementaram o banco de horas. A remuneração por hora trabalhada combina-se cada vez mais aos acordos de trabalho individuais (ou por local de trabalho) favorecendo retirada de direitos e das retribuições na forma de salário indireto como aposentadoria, benefícios sociais etc. Tramita no Congresso a PEC 40/2025, de Maurício Marcon (PODEMOS), que visa a favorecer a “escolha” dos empregados entre CLT ou a “contratação mais flexível”. Está sendo discutida ainda a extensão da “pejotização” para amplos setores com retirada do direito de férias, do 13º salário, FGTS, da licença remunerada, e redução da remuneração por demissão etc. Note-se que a aprovação da PEC 8/2025 se daria em meio à manutenção do máximo legal de horas de trabalho, da precarização e retirada de direitos.

Na Europa, que aderiu à campanha mundial “Quatro Dias de Trabalho Semanal” e como já mostramos no jornal O Internacionalista n° 25 (“*Centristas e reformistas se recusam a lutar pelo fim da escala 6x1, unificando os trabalhadores nacionalmente sob o programa e os métodos da luta de classes*”, fevereiro de 2025), a aplicação da escala 4x3 não levou a “impactos financeiros” ou queda na “produtividade”. Diferentemente, houve queda de atestados ou afastamento por saúde, ao mesmo tempo que aumento na produtividade. Isso demonstra que pode ser pacífico à burguesia aceitar a mudança nas escalas, desde que se preservem as condições de superexploração – como se faz hoje na Europa. Ou bem enquanto se faça uma

É muito comum os capitalistas recorrerem ao “catastrofismo econômico” visando manter inalteradas as condições para extrair elevados lucros da superexploração e da redução ao mínimo dos direitos trabalhistas. Esse “terrorismo ideológico” é fartamente alimentado por “estudos” de universidades e centros de pesquisas cujos acadêmicos e especialistas recebem altos salários e benefícios decorrentes de financiamento de bancos e de grandes empresas.

adaptação progressiva que lhes permita procurar vias para explorar a força de trabalho de maneira mais lucrativa.

Esse parece ser um ponto de acordo entre a burguesia e as centrais e os sindicatos. Clemente Ganz Lúcio, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, diz claramente que “*Nesta etapa, o ideal seria ficar em 40 horas, o que permitiria uma escala semanal de 5x2 em vez do 6x1*” com oito horas diárias, sempre levando “*em conta as especificidades dos setores*”. Por exemplo, são favoráveis a negociar com o patronato emendas ao projeto original de Hilton. Os burocratas que, antes se mostraram receosas a discutir o fim da escala 6x1 para não afetar a governabilidade de Lula, levando-o a se chocar com o Congresso “reacionário”, aberta a campanha eleitoral, agora se apropriam da discussão para que seja aprovada (ainda que rebaixada ou desidratada) e, desse modo, apresentá-la como uma “vitória” do governo Lula que possa servir para arrastar as massas por trás de sua reeleição. Os mesmos burocratas que não organizam a luta contra as contrarreformas trabalhista e previdenciária que rebaixaram e destruíram as condições de vida dos assalariados, e que Lula não apenas manteve como estende agora para o funcionalismo público com a contrarreforma Administrativa. Mas, se utilizam da importância que o Fim da Escala 6x1 tem

para dezenas de milhões de assalariados, para fazer demagogia eleitoral. A direita também procura pôr em debate o fim da escala 6x1 para atrair votos para seu curral. Petistas e direitistas confluem, assim, na utilização de uma reivindicação vital para os trabalhadores para fazer demagogia eleitoral, confluindo ainda em uma negociação da lei às patronais.

Enquanto se desenrola o teatro do Congresso e se realizam nas sombras as negociações entre governistas e oposicionistas, as centrais e os sindicatos se negam a organizar uma luta nacional dos setores mais afetados pelas escalas de trabalho estafantes para impor a redução de jornada sem redução de salários, impondo as reivindicações à burguesia e ao Congresso por meio da luta de classes. O que exigiria convocar as assembleias e plenárias para organizar os atos de rua e às greves. Apostam nas negociações pela “redução gradual” da jornada de trabalho, que não passa de uma posição criminosa porque deixa sem solução imediata milhões de assalariados que precisam reduzir sua jornada de trabalho. Ao chegar aos 10 anos da “transição”, as condições de vida, de salários, de aposentadorias e de convênios coletivos serão destruídos ou rebaixados e os capitalistas continuarão lucrando igual ou mais do que antes.

A redução da jornada sem redução de salários é parte da guerra civil que se desenvolve ao interior do capitalismo pela apropriação da mais-valia entre assalariados e burgueses. Não será, portanto, no Congresso e por meio de negociações que beneficiem ao patronato que se conquistará o fim das escalas de trabalho estafantes. Com as greves, as ocupações de fábrica e dos locais de trabalho, enfim, com a luta de classes que se imporá a redução da jornada de trabalho e a distribuição de todas as horas nacionais trabalhadas entre todos os aptos ao trabalho, sem reduzir salários, junto do aumento do salário-mínimo (no imediato, do valor fixado pelo DIEESE) e reajustado automaticamente pela inflação. São essas reivindicações transicionais que constituem parte do programa que permite a intervenção unitária e radicalizada dos explorados em defesa de suas condições de vida e, em seu desenvolvimento, lhe mostram que é com métodos revolucionários que se conquistam direitos e melhores condições de vida, os aproximando da estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

A CONDENAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO MAFIOSA DE MARIELLE FRANCO E ANDERSON SILVA DÁ UMA RESPOSTA JURÍDICA AOS FAMILIARES, MAS NÃO RESULTARÁ NO AVANÇO PARA ACABAR COM OS NEGÓCIOS DO CRIME ORGANIZADO E POLÍTICA BURGUESES

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou no dia 25 de fevereiro, os mandantes, executores e envolvidos para obstruir a investigação ou facilitar meios para a execução do assassinato de Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Silva. Após nove anos do ataque mafioso e do crime político cometido contra a vereadora do Rio de Janeiro, o STF condena 14 dos 17 envolvidos.

Entre os mandantes do crime, condenou-se o ex-deputado Chiquinho Brazão e seu irmão Domingos Brazão (conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o TCE-RJ) a 76 anos de prisão, Rivaldo Barbosa (ex-delegado da Polícia Civil) a 18 anos em regime fechado por corrupção e obstrução da justiça, devendo os condenados a pagar R\$ 7 milhões para os familiares das vítimas. O PM Ronald Pereira foi condenado a 56 anos por monitorar a rotina da vereadora, enquanto o PM “reformado” Robson Calixto a 9 anos por integrar a milícia comandada pelos Brazão. A delação premiada do ex-PM e executor do assassinato, Ronnie Lessa, condenado em 2024, foi chave para acusar os irmãos milicianos e comparsas pelo crime político. Foram ainda condenados Edilson Barbosa dos Santos (responsável pela destruição do carro usado no crime), o PM Rodrigo Jorge Ferreira, a advogada Camila Nogueira por prestar depoimento falso e mais cinco pessoas por descarte das armas usadas e obstrução.

Marielle e Anderson foram executados no dia 14 de março de 2018 porque seu trabalho político na Câmara e junto das comunidades atrapalhava os negócios mafiosos dos Brazão de explorar regiões da zona oeste por meio de milícias. Segundo consta no processo do STF, os condenados conspiraram para matá-la por conta de que sua ação política junto da população estaria atrapalhando os negócios de grilagem de terras pela milícia. O crime não é, porém, apenas da alçada criminosa e sim, sobretudo, de conteúdo político. A clara associação e laços econômicos entre o crime organizado no estado e prefeitos, governadores, deputados e vereadores fazem do assassinato um crime do estado. Mas, os políticos e chefes da burguesia criminosa, assim como deputados e senadores que se sabe eram aliados no parasitismo do estado junto dos irmãos Brazão, não serão nunca julgados, além de que ainda estão em cargos públicos ou fazendo negócios. Ao se distanciar de uma das tantas milícias que operam no estado com cumplicidade e participação de policiais e políticos e funcionários e empresários, decidiram cortar na própria carne para evitar serem arrastados pelo furacão das investigações e condenações. O objetivo era desligar a execução de outras operadas por esse grupo criminoso para inúmeros políticos e milicianos do estado do Rio de Janeiro. Se se tornava inevitável a condenação de mandantes e executores do crime contra Marielle e Anderson, a burguesia criminosa que trabalha à sombra do poder político, judiciário e policial devia, pelo menos preservar outros crimes realizados e por realizar no estado e que sujariam toda a estrutura política e de segurança. É nesse quadro que vem à tona a morte do miliciano Adriano da Nóbrega (ex-agente do BOPE) que fa-


zia parte do “Escritório do Crime” (grupo policiais de aluguel para cometer crimes), que teria ajudado Lessa, acabou morto na Bahia, em 2020.

O maior beneficiado da obstrução, ocultamento e mentiras que entorpeceram o caso foi Jair Bolsonaro e sua família. Suas relações com os poderes milicianos estão fartamente comprovadas por denúncias e depoimentos, bem como fatos fatuais de relações da família com milicianos (incluindo Nobrega) enquanto os filhos eram vereadores e deputados. A candidatura de Bolsonaro à presidência e sua vitória em 2018 foi graças ao apoio de Michel Temer - à época era presidente preposto após o golpe contra Dilma Rousseff - e do general Braga Netto que comandava a intervenção federal no RJ e tinha o controle da segurança meses antes do assassinato acontecer, passou a ser ministro de Bolsonaro.

Nunca se saberá até o final qual o grau de relação entre todos esses figurões da política, das forças de segurança e do exército no envolvimento com os crimes, seja orquestrado pelas milícias ou frações da burguesia narcotraficante. O que se sabe após estes nove anos passados que não existe causalidade na política burguesa e nem na ascensão da ultradireita sem o fortalecimento do crime. São dezenas de bilhões os lucros obtidos pelos negócios criminosos e que participa não apenas a burguesia criminosa, como também a burguesia ligada às finanças e aos serviços imobiliários. Desse montante, centenas de políticos e policiais extraem uma “quota parte” seja atuando como facilitadores ou encobridores desses negócios. Não se pode cortar pela raiz os negócios criminosos sem atingir as quadrilhas políticas e frações burguesas que têm no crime organizado seu sustento econômico e a fonte de seu poder político territorial. As eleições mais uma vez se aproximam e esses laços continuaram vigorando para garantir a vitória de políticos que permitam continuar a engraxar a corrupção política, judicial e policial.

A execução de Marielle foi um crime político, um ato de terrorismo do estado burguês e uma manifestação da barbárie social que promove a burguesia em sua decadência. As condenações apenas arranharam a superfície da fusão entre a burguesia criminosa e a política burguesa. São as massas exploradas e oprimidas as principais vítimas dessa decomposição. Marielle foi uma expressão política de sua revolta contra esse estado de coisas, e uma tentativa de solucioná-las. Mas, a via da democracia burguesa está destinada a fracassar porque ela também é uma fonte de corrupção e dos negócios criminosos, como já mostramos. Assim, condenaram-se os responsáveis, mas continuam livres os criminosos que controlam o estado de RJ e penetraram ainda na estrutura do Parlamento. Está aí porque os crimes políticos e sociais da burguesia como classe serão apenas resolvidos com a instauração de Tribunais populares que se erguerão após a derrocada da burguesia e a instauração do Estado Operário. A justiça da classe operária e dos demais oprimidos virá com a destruição dos cimentos econômicos e políticos sobre os que se estruturam e relacionam a burguesia criminosa e a política burguesa. ●

No "O Internacionalista" nº 35 (janeiro), criticamos a Resolução Eleitoral do PSOL. No "O Internacionalista" nº 36 (fevereiro) fizemos a crítica a alguns pontos de seu programa atualizado denominado "Socialismo do Século 21". Não seguimos a sequência dos pontos tal

qual constam no Programa, priorizando a exposição daqueles em que se revela como a tática eleitoral é sua verdadeira estratégia. Retomamos agora a análise visando mostrar essa posição do PSOL o afunda no democratismo burguês mais abjeto. 

Sobre o programa "Socialismo do século 21" | Parte III

A TAL DE LUTA ELEITORAL CONTRA A ULTRADIREITA SERVE AO PSOL PARA DEFENDER UMA **POLÍTICA FRENTE-POPULISTA BURGUESA**

5. SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO BRASIL

O PSOL destaca que a "*Lei de Terras, em 1850, excluiu a população negra do acesso à terra no Brasil*", e que "*à ausência de políticas de inclusão social*" empobreceram ainda mais as massas em geral. Afirma que a "*transição para o trabalho livre, com a abolição em 1888*", deu origem "*a uma sociedade de classes profundamente racializada e patriarcal*", instituindo-se o "*racismo estrutural como engrenagem fundamental da acumulação capitalista brasileira*". Caracteriza o país como capitalista "*dependente, racialmente estruturado, generificado e sexista*". O que se deve à incapacidade da burguesia "*de formular um projeto nacional, por ser dependente e associada ao imperialismo*". Essa via "*bloqueou historicamente reformas estruturais, como a agrária, urbana e tributária*". A ditadura de 1964 "*sepultou as esperanças de que seria possível conciliar as reformas de base com o respeito às instituições democráticas*". Entretanto, com a redemocratização, "*iniciou-se um novo ciclo*" embora permaneça a "*militarização da vida social, a repressão sistemática aos movimentos populares e a política de segurança baseada na lógica de guerra interna às favelas e periferias*". Na "Nova República" permanecem os "*gargalos estruturais, como o latifúndio, o racismo, as desigualdades de gênero e a pobreza*", enquanto os "*movimentos sociais do campo e da cidade, sindicatos, partidos comunistas e trabalhistas protagonizaram a disputa à esquerda pelos rumos do país*" - refere-se à criação do PT.

a) O escravismo moldou as relações político-sociais da colônia, base-

ado no latifúndio erguido nas relações de produção e propriedade da terra pré-capitalistas. A teoria da superioridade racial serviu à escravização de mão de obra africana em benefício da acumulação de riquezas pelos colonizadores brancos. Quando a burguesia conquista o poder político, incorporará a discriminação racial herdada da colônia lhe dando uma nova forma de acordo a seus interesses de classe. O racismo se manteve como parte estruturante da exploração assalariada. A discriminação e opressão racial transformaram-se em uma das manifestações da opressão de classe instaurada pela imposição do trabalho assalariado de fora para dentro do país. O racismo como estrutura ideológica se manteve como instrumento da dominação de uma classe sobre as classes exploradas e oprimidas pela burguesia como classe dominante. Como se pode ver, a formação da classe operária brasileira está intimamente ligada ao processo da inserção do escravo liberto nas relações de produção capitalistas. Em sua esmagadora maioria, a classe operária é negra. Isso condiciona as particularidades da luta da classe operária por suas reivindicações.

Esse fundamento corresponde aos conceitos que embasam a análise materialista marxista. Foram Marx e Engels que caracterizaram a continuidade da escravatura e de sua manifestação ideológica no racismo no capitalismo como uma de suas funções econômicas. A teoria da superioridade racial retomava-se como mais uma explicação da burguesia branca para escravizar as "raças inferiores" em seu exclusivo be-

nefício econômico e, posteriormente, manterá a discriminação racial como um instrumento da diferenciação salarial e do divisionismo da classe operária. O combate ao racismo, assim, é parte do programa proletário da luta de classes sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

A plena igualdade econômica, civil e política entre negros e brancos não será nunca resolvida por meios e métodos burgueses porque a burguesia é herdeira e tem por filiação aos senhores escravocratas brancos. Eis porque o fim da discriminação e opressão racial será conquistada com o fim da opressão de classe, e na transição do capitalismo para o socialismo se começará a assentar as bases para avançar na igualdade entre negros e brancos com o fim da opressão de classe. Isso explica ainda porque a luta democrática pelo fim das discriminações é um elo na luta revolucionária pela revolução. E avançar na unidade do proletariado exige defender e propor a unificação dos explorados negros e brancos sob um programa de reivindicações comuns como classe baseado dos métodos da ação direta. Isso é o que o PSOL não diz, preferindo uma explicação sociológica geral, superficial, que lhe permite reunir um setor das massas negras iludidas sob um programa que lhes promete resolver grande parte de seus problemas por meio das reformas. Esse programa serve a uma camada pequeno-burguesa das massas negras que podem conquistar migalhas sob o capitalismo, enquanto a esmagadora maioria das massas negras continua sofrendo de discriminação e opressão enquanto existir o capitalismo.

continua →

→ **b)** A maioria das massas negras libertas achou-se sem terras e obrigadas a sobreviver às margens da produção agrícola por meio da pequena produção para a subsistência (quilombolas, ribeirinhos etc.). Quando um setor das massas negras conquistou o acesso à terra, acharam-se sem capacidade de capitalização - nem de apoio estatal - para desenvolver a produção agrícola em escala produtiva capaz de lhes oferecer uma “elevação social” no quadro do capitalismo, se transformando em pequenos camponeses e camponeses sem-terra. Quando se organizavam e lutavam pela terra foram respondidas com repressão e extermínio pelo estado e os latifundiários. Sobre a base do latifúndio colonial se forjou a burguesia agroindustrial que nega com sua existência a distribuição da terra aos camponeses. As leis aprovadas depois da Lei de Terras aprofundaram essa estrutura econômico-social em benefício dos monopólios capitalistas.



No quadro de decomposição capitalista, de avanço ao reacionarismo e à opressão social e nacional, e tendo a democracia burguesa como esteio desse avanço contrarrevolucionário, a requeitada da “disputa pela esquerda” serve ao eleitoralismo democratizante burguês - ainda que se vista de “socialista” de forma demagógica e mentirosa.

A tarefa democrática da entrega da terra aos camponeses pobres e sem-terra somente avançará com a expropriação sem indenização dos latifúndios e burguesia agroindustrial e a transformação de toda a terra em propriedade do estado, ou seja, nacionalizada. Essa tarefa somente será realizada pelo proletariado agrícola aliado ao campesinato pobre e sem-terra por meio da revolução agrária. Se é certo que a reforma agrária é uma tarefa democrática, também é certo que a burguesia não mais a realizará.

A reforma cede passagem à revolução como única forma de garantir o direito ao usufruto da terra pelos camponeses pobres, sem-terra, ribeirinhos, quilombolas e povos originários. Essa relação que decorre das leis da revolução na época imperialista está ausente do programa do PSOL. Assim, evita falar de revolução ou de ditadura proletária que afasta muitos eleitores e mantém os movimentos subordinados às ilusões na democracia formal burguesa que serve aos inimigos dos explorados e oprimidos.

c) Se a ditadura de 1964 “sepultou as esperanças de ... conciliar as reformas de base com o respeito às instituições democráticas”, se deveria reconhecer então que não havia como a “Nova República” que mantinha no poder às mesmas classes dominantes, mudar esse fato histórico. Mas, os psolistas rasgam sua própria tese ao assinalar que a redemocratização burguesa abriu uma via à “disputa pela esquerda”. Certo é que abriu um caminho à luta reivindicativa das massas, ora porque corresponderia ao objetivo de desviar a luta de classes, ora a um período de ascenso da economia mundial que permitiu equacionar os conflitos sociais outorgando limitadas migalhas para as massas. Fechado esse ciclo, a democracia se verificou uma via para impor as contrarreformas e retrocessos. No quadro de decomposição capitalista, de avanço ao reacionarismo e à opressão social e nacional, e tendo a democracia burguesa como esteio desse avanço contrarrevolucionário, a requeitada da “disputa pela esquerda” serve ao eleitoralismo democratizante burguês - ainda que se vista como “socialista” de forma demagógica e mentirosa.

d) O papel do país na divisão mundial do trabalho e a subordinação da burguesia nacional à imperialista fechou para sempre a via das reformas no interior capitalismo nas semicolônias. Somente com a expulsão do imperialismo e expropriação dos monopólios é que se abrirá o caminho para que as reformas se realizem por meio dos métodos revolucionários e socialistas do proletariado. Um programa “socialista” devia, sem diletantismo sociológico, dizer isto de forma clara para corresponder a sua enunciação: a via das reformas foi encerrada no ca-

pitalismo, agora atravessamos a época das contrarreformas e da contrarrevolução. O PSOL se cala sobre isso, apenas para apresentar um programa democratizante que levará a novas traições e decepções para as massas. A mais clara prova de sua hipocrisia é ter membros de sua direção (Boulos e Guajajara) mentindo na cara dos povos originários que sobrevivem às margens do Rio Tapajós. O eleitoralismo e a subserviência a Lula negam qualquer “declaração de fé” dos pretensos socialistas que se ajoelharam no altar da democracia burguesa.

6. SOBRE O 'SOCIALISMO ECOLÓGICO'

Para o PSOL, estaria colocada a tarefa da “transformação dos modelos produtivos, o papel da agroecologia e dos saberes tradicionais, o controle público dos recursos naturais estratégicos, a descarbonização da economia e a defesa dos territórios indígenas e quilombolas”. Entretanto, adverte, não se trata só de “reformular o sistema existente, mas de substituir o atual modelo de desenvolvimento”. Ocorre que “a transição ecológica não pode se resumir a um ‘capitalismo sustentável’” porque essa transição “é parte de um programa de superação do capitalismo” a ser conduzida “de forma democrática, com ampla participação e diálogo com as populações tradicionais e indígenas”. Propõe “medidas de adaptação que enfrentem os danos já causados” visando à “transição ecológica e socioambiental que supere tanto a relação predatória e destrutiva do capitalismo com a natureza”. E “travar essa batalha nos níveis político, econômico, social e cultural, popularizando o debate climático ao conectá-lo com a vida real da classe trabalhadora”, promovendo a “valorização dos saberes e práticas das periferias, dos povos indígenas, quilombolas” etc. É parte dessa transição” o combate contra a extrema-direita que “utiliza o negacionismo climático como um elemento estrutural de sua mobilização”.

Falar de transição significa que se entende possível no capitalismo começar um processo de reversão e readequação de exploração e destruição do meio natural. Mas, a estrutura econômica e social do capitalismo impede absolutamente essa transição, porque é antagônica a sua base econômica e interesses de classe constituídos em

//
...
.....

Acabar com a destruição capitalista da natureza somente é possível acabando com o capitalismo. E isso obriga a combater também o governo **Lula que defende os interesses monopolistas que destroem o meio natural da vida.** Isso que devia dizer o programa do PSOL, mas não diz. Ao servir ao grande capital, **Lula é um agente político da depredação da natureza.**

→ função do lucro. A “ultradireita” e seu “negacionismo” são produtos históricos do capitalismo em sua fase de decomposição e última: a imperialista. É essa “estrutura” econômico-social que se reflete na aprovação do “PL da Devastação” (com votos de petistas) e da privatização do Tapajós decretado por Lula. Esquerda reformista e ultradireita fascizante são duas faces da mesma política burguesa que servem, em maior ou menor medida, à destruição da natureza.

A transição “ecossustentável” já é ensaiada pelo MST e serve a Lula como retórica eleitoralista. Isto enquanto este continua apoiando (e financiando fartamente) a agroindústria e latifundiários que avançam destruindo a natureza e relegando a pequena-produção “ecossustentável” a uma expressão econômica e social impotente para mudar nada. Pagar dívida pública, além disso, retira gigantescos recursos que deveriam ser voltados à proteção da natureza, ao “desenvolvimento sustentável” etc.

O capitalismo sobrevive destruindo o meio natural e rebaixando ou destruindo as condições de vida das massas, bem como se apropriando das terras dos povos originários e os aniquilando progressivamente. Portanto, não há como iniciar qualquer “transição ecológica” sem uma revolução social transformando a grande propriedade burguesa em propriedade nacionalizada, entregando as terras roubadas aos povos originários e garantindo sua autodeterminação nacional e, se apoiando nessas medidas, proceder à exploração racional e sustentável da natureza.

Está aí porque fracassam os que pretendem aprovar “medidas de adaptação que enfrentem os danos já causados” e combater o negacionismo da ultradireita por meios institucionais e eleitorais. O PSOL se nega a erradicar as suas causas históricas e objetivas: a grande propriedade burguesa e seu regime político. Acabar com a destruição capitalista da natureza somente é possível acabando com o capitalismo. E isso obriga a combater também o governo Lula que

defende os interesses monopolistas que destroem o meio natural da vida. Isso que devia dizer o programa do PSOL, mas não diz. Ao servir ao grande capital, Lula é um agente político da depredação da natureza. Dois membros da direção do PSOL (Boulos e Guajajara) mentiram aos povos originários dias antes da aprovação da dragagem do Tapajós por Lula. Ao servir de braço eleitoral a esse, o PSOL torna-se cúmplice objetivo na destruição da natureza.

UMA SEGUNDA CONCLUSÃO SOBRE O PROGRAMA DO PSOL

Tínhamos observado nos jornais OI nº 35 e OI nº 36 ao PSOL abandonar sua candidatura própria para a presidente o que, claramente, leva esse partido reformista a ser forçado a abandonar a defesa de seu programa pretensamente “socialista” e defender o programa burguês do PT. Essa tendência que assinalamos nos jornais anteriores começa a se manifestar na prática como um processo conclusivo, ainda que esteja em seus passos iniciais. E isso se expressa na discussão que tomou conta do partido reformista: a proposta de uma parte da direção do PSOL de aprovar uma “Federação” com o PT.

A “federação” na legislação obriga os partidos, na prática, a agirem como “um partido único”, os comprometendo a uma ação conjunta no Parlamento e sob uma liderança legislativa comum. A atuação “independente” em qualquer proposta legislativa ou medida de governo é uma violação da legalidade. Por outras palavras: deve-se defender um programa comum, a mesma estratégia eleitoral por 4 anos. Acreditamos que logo será apresentada como uma “medida tática” por parte da direção do PSOL visando maiores probabilidades de eleição a Lula para “derrotar” à ultradireita e garantir que os candidatos a legisladores do PSOL possam superar a “cláusula de barreira”. Mas, essa decisão subordina ainda mais os psolistas aos ditames e à política burguesa do PT. Se aprovada, se completará a progressiva dissolução do PSOL no PT,

projetando uma nova fase da profunda crise que acabará o desagregando.

Temos agora o renegado do trotskismo, Valério Arcary, “alertando” sobre o perigo desse passo que acabaria com a independência do PSOL. Essa queixa de um dos principais “marxistas” a defender a completa capitulação eleitoral do PSOL ao PT não passa de choramingo de um membro proeminente de uma corrente que se filiou ao PSOL visando parasitar de sua estrutura partidária, e usá-la para fortalecer seu aparelho organizativo e eleitoral. Agora que a direção reformista impõe o rumo da capitulação e do abandono formal do programa “socialista” (que nunca foi defendido na prática), Arcary rejeita como bom oportunista a consequência lógica da política que ele mesmo ajudou a impor.

A tática eleitoral psolista sempre foi sua verdadeira estratégia. O “socialismo” foi apenas um decorado ao objetivo de construir um partido de massas para as eleições burguesas. A luta de classes, a revolução proletária, a expropriação da burguesia e a instauração da ditadura proletária foram desde seu nascedouro trocados pela “convivência pacífica” entre as classes sociais, a democracia burguesa e o respeito à propriedade privada. O “programa socialista” aprovado em 3 de dezembro do ano passado revela-se, assim, uma farsa que somente objetiva subordinar os movimentos e as massas “do campo e da cidade” ao PT e impor como “objetivo final” do PSOL a defesa da democracia burguesa. ●

NOVO!

FOLHETO

Para o

TRABALHO
REVOLU-
CIONÁRIO

nos SINDICATOS
e demais organizações de massas

Adquira com nossos militantes!

BUROCRACIA DO SINPEEM INICIA ANO LETIVO IMPONDO O IMOBILISMO E A FRAGMENTAÇÃO DA CATEGORIA PERANTES OS ATAQUES DO GOVERNO

A direção do SINPEEM, em atuação conjunta com outros dois sindicatos da educação - SEDIN e SINESP, conformados na COEDUC (Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal), iniciaram o ano letivo convocando reuniões e plenárias por setores - readaptados, geral da educação (docentes e gestores), aposentados e quadro de apoio.

É importante lembrar que a burocracia sindical sempre busca novas estratégias para dividir a categoria e conseqüentemente enfraquecer a luta coletiva por meio da luta de classes, isso porque sua política é de submissão à conciliação de classes e, por isso, as saídas individuais favorecem sua política. Vale lembrar que a estratégia em 2025 foram as manifestações regionais para desviar a categoria da greve, agora aposta em reuniões setoriais para discutir ações individuais, em sua maioria por meio da via jurídica, e assim mais uma vez dificultar ou diretamente impedir a organização da luta coletiva por meio da greve.

A plenária dos readaptados, que ocorreu no dia 21/02 pela manhã, na véspera transformada em reunião na sua convocação, contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas, que tinham em comum uma indignação imensa em relação ao corte de 33% no salário que sofreriam nos próximos dias. Apesar da enorme indignação que os levaram até esta reunião, todos que fizeram uso da palavra durante a reunião expressou a expectativa de alguma saída individual pela via jurídica, chegando alguns a verbalizar que não tinham disposição para a greve. Isso ocorre porque foi a política alimentada pela burocracia sindical desde a aprovação da lei 18.221/2024, iludindo estes trabalhadores com as inúmeras ações judiciais impetradas pelos sindicatos. E nesta reunião o discurso não foi diferente, os burocratas usaram grande parte da reunião para dar

informes sobre as ações direta de inconstitucionalidade (ADIs) que tramitam em âmbito municipal e federal e as possíveis ilegalidades que apontaram nas ADIs.

Para além dos informes das ações judiciais, a direção também utilizou desta reunião para fazer propaganda dos atos regionais, da importância das lutas em defesa dos profissionais da educação (corporativismo), pois só assim conseguimos postergar a derrota. E aproveitou para fortalecer sua defesa pela Jornada Integral (JEIF) como jornada do cargo, sem fazer o devido debate com toda a categoria, que em sua maioria acumula cargo e não tem condições de optar pela JEIF.

As únicas falas dissonantes foram da Unidade Independente Classista e Combativa (UICC), proferidas pela CSM-GL e por uma militante independente, que defenderam a necessidade da luta imediata, por meio da greve, denunciando a ilusão na justiça burguesa sem pressão coletiva da categoria sob o executivo e o legislativo. Anunciando que esse é o caminho da derrota para os trabalhadores, se ficarmos a reboque da política dessa burocracia traidora.

A direção também apresentou o número de readaptados na rede municipal de ensino, que totalizam aproximadamente 12.000 trabalhadores, sendo as mais afetadas as professoras que atuam na educação infantil. Os professores que sofrerão o corte de salário imediato são 4.667 professores que optaram pela JEIF, dentre estes 58 pediram para cessar o laudo médico se submetendo a retornar para a sala de aula. Outros cargos, que não têm prejuízo na jornada e salário, totalizam um número menor na condição de readaptados, sendo 31 diretores de escola, 111 coordenadores pedagógicos e 7 supervisores escolares.

Importante mencionar ainda, que em meio às intervenções dos trabalhadores readaptados, vários questionamentos foram levantados, tais

como: 1) caso cessar a readaptação, onde o professor será inserido, se não participou da atribuição? 2) Por que não existem mais as categorias de readaptados temporários e definitivos? 3) Se ainda não existe um módulo definido de readaptados por escola qual a possibilidade de perder a lotação? 4) Readaptados em função de acidente de trabalho (CAT) também perderão a JEIF? Nenhum desses questionamentos podia ser respondido pelos burocratas, que simplesmente canalizaram mais uma vez para a expectativa de revogação de parte da lei 18.221/24, por meio da ação direta de inconstitucionalidade.

Outra "plenária" ocorreu no mesmo dia, no período da tarde, e foi mais inócua ainda, já que a presença da base foi praticamente nula. Compareceram apenas representantes das direções dos três sindicatos (SINPEEM, SEDIN e SINESP) e alguns militantes que se reivindicam como oposição à direção majoritária do SINPEEM. As falas dos presidentes das entidades que abriram o debate centraram-se na defesa da democracia fazendo referências - diretas e indiretas - ao processo eleitoral e mais especificamente a preocupação com a reeleição de Lula, justificadas por meio de falas como: "*Que o Brasil não vire uma Argentina!*" ou "*Organizar a luta política para não ter retrocesso político no Brasil*". Além das declarações explícitas a canalização da luta para a campanha eleitoral de Lula, reafirmaram a continuidade da luta corporativista, atuando apenas com as entidades da educação, atribuindo inclusive a "vitória" do descongela como consequência da luta contra a política de transformação dos salários em subsídios e que, portanto, é fundamental manter a luta apenas em unidade com os os setores da educação. E finalizaram a mesa de abertura anunciando a participação nas atividades nacionais que serão organizadas pela CUT e CNTE, porém,

→ todas sem data definida ainda.

O informe da manifestação do Dia Internacional da Mulher no dia 8 de março, às 14h, foi realizado por uma diretora do SINPEEM do PSOL, que compõe a Oposição Unificada, com o mesmo conteúdo eleitoral, de que a pauta das mulheres também precisa centrar no enfrentamento à extrema direita. O que confirma nosso prognóstico que a oposição unificada vai caminhar lado a lado com a burocracia este ano, traíndo as lutas se necessário for, para garantir a reeleição de Lula.

Apesar de algumas defesas de antecipação da luta com indicação de assembleia para o dia 06/03 em unidade com os professores estaduais (defendida pela UICC e MRT); para o dia 18/03 conforme deliberado no congresso do SINPEEM (defendida pelo PSOL) e para

o dia 20/03 em unidade com os professores estaduais (defendido pelo POR), a burocracia finalizou a reunião alegando que as indicações seriam levadas para as instâncias deliberativas dos 3 sindicatos na tentativa de construir um calendário em comum.

Por fim, na Reunião de Representantes (RE) do SINPEEM em 03/03 o quadro de enrolação e autoritarismo da burocracia se manteve, mesmo com várias indicações de antecipação do calendário de mobilização e da defesa de todas as correntes de oposição sobre a necessidade da mais ampla unidade na luta com o funcionalismo municipal, Cláudio Fonseca/PCdoB finalizou a reunião indicando assembleia para o dia 18/03, que só será deliberada na reunião do Conselho Geral no dia 09/03, quando o Fórum das entidades do funcionalis-

mo já deliberou por uma assembleia com paralisação no dia 16/03. A justificativa utilizada pela burocracia é a mesma falácia de sempre, de que os sindicatos do funcionalismo aceitaram a transformação do salário em subsídio, que serve única e simplesmente para esconder sua política corporativista e divisionista.

Começou o ano com uma nova traição da burocracia e com a maioria da oposição se subordinando ao calendário e aos objetivos eleitorais. É nesse quadro de colaboração e conciliação de classes, que a UICC luta por defender o programa e os métodos que de fato organizam a categoria a defender seus direitos e reivindicações como a luta de classe, e lhes permite dar passos para poder romper a passividade e passar por cima da política traiçoeira das direções governistas. ●

A DIREÇÃO DO SINDSERV SÃO SEBASTIÃO SE ATÉM AO ECONOMICISMO E TENTA CALAR AS REIVINDICAÇÕES DAS BASES DURANTE ASSEMBLEIAS

Ocorridas nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro, as três assembleias municipais que iniciam a campanha salarial marcaram uma nova etapa na burocratização do SindServ. Devido a questões geográficas, as assembleias ocorrem em lugares diferentes em São Sebastião, na tentativa de angariar o maior número de servidores. Participamos das três assembleias, sendo possível apontar que todas as propostas apresentadas foram as que levamos para o debate e votação na campanha salarial de 2025, sendo aprovadas e incorporadas na pauta de reivindicação deste ano.

A direção do Sindserv, apesar de ter iniciado a troca de ofícios com a Prefeitura em janeiro deste ano, não apresentou nenhum acréscimo as reivindicações aprovadas nas assembleias de 2025, com exceção das que chamou de “vitória da categoria”, como a Lei nº15.326, de 6 de janeiro de 2026 que inclui os professores da educação infantil como profissionais do magistério e a Lei Complementar 226, que autoriza os estados, o Distrito Federal e os municípios a pagarem para servidores, retroativamente, direitos remuneratórios congelados durante a pandemia de Covid-19. Entretanto a “vitória” deixou de existir já nos primeiros questionamentos da base que compreende que se há vitória a Lei deve ser cumprida e aplicada, ou deveria. Entretanto, as duas legislações normatizam, mas deixam à cargo da administração pública (municipal, no caso) aplicar, ou seja, na prática se resume a pura campanha eleitoral onde o presidente Lula “permite” que os direitos sejam reavidos, mas desde que estados e municípios legislem a respeito. Ou seja, não há vitória da categoria, e não haverá se não houver mobilização para tal. Durante as assembleias, a direção apontou a negativa da administração pública em retornar os ofícios apresentados e a demora nas devolutivas

referentes a pauta do magistério, mais um elemento que demonstra que direitos não são concedidos aos trabalhadores sem que estes se mobilizem para arrancá-los dos patrões. Resgatamos ainda que no ano de 2025 os servidores municipais de São Sebastião não receberam o devido reajuste no subsídio salarial, sendo apenas reajustados os vales alimentação e refeição como parte da campanha realizada - ver OI 29¹.

Nas três assembleias desse ano foi apresentada a proposta de reajuste de 19,36% no salário dos servidores, somando as perdas de 2025 e 2026. Apresentamos a contraproposta de 20% para as bases, explicando que as projeções do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - são importantes e ocorrem dentro de uma média nacional, portanto é preciso levar em conta as particularidades da região, onde a carestia de vida é alta e destoa da maioria das cidades do Brasil, principalmente por ser uma cidade turística, onde parte da burguesia e pequena burguesia endinheirada detém casas de veraneio. No cômputo de votos das três assembleias a proposta dos 20% obteve maioria, bem como a defesa de que a menor faixa/categoria dentre os servidores municipais inicie com pelo menos dois salários-mínimos.

Durante o debate, muitos trabalhadores apresentaram dúvidas em relação a reforma administrativa municipal que está sendo estudada e em vias de acontecer, a mesa composta pela direção (RS/POR), impaciente, respondeu que em 2025 o DIEESE apresentou uma palestra so-

continua →

1. “A categoria unida assimilou que é nas assembleias e nas ruas que se arrancam as reivindicações mais sentidas! A Prefeitura reagiu dividindo a categoria para conquistar seus interesses de precarização e arrocho salarial. A direção sindical capitulou! Fortalecer a Frente Combativa (oposição)!” - Página 15 do jornal O Internacionalista nº 29 (julho de 2025)

→ bre o tema e que estava disponível na página do sindicato para quem quisesse assistir, ignorando que a palestra, apesar elucidativa, tratava da reforma administrativa federal, não tocando nas particularidades da que está sendo gestada para o município de São Sebastião, chegando ao ponto de dois membros da direção sindical, ligados à Unidos pra Lutar dizerem que estão muito tranquilos em relação a este tema uma vez que o presidente da câmara do ano passado garantiu que informaria o sindicato assim que a pauta chegasse a câmara, o que não foi combatido pelo POR, este último que defendeu que a reforma administrativa não fosse pautada nas assembleias. Outro ponto delicado e que não houve respostas concretas para a categoria foi a questão do São Sebastião Prev, que tem a prefeitura como credor de uma dívida de quase R\$190 milhões.

O que vimos foram as reivindicações mais sentidas sendo desviadas e tratadas como pouco importantes, encaminhadas ao engodo do parlamento e estimulando a confiança das massas naqueles que cotidianamente as traem. Com a desculpa de não se tratar de elementos da campanha salarial a mesa distorceu, confundiu e deturpou o debate nas três assembleias, sendo necessário fazer intervenções constantes para que se cumprissem os encaminhamentos retirados e se seguisse a ordem dos trabalhos. A confusão e desorganização é tida como método para cansar a base impedindo o avanço

do debate de forma política, além de garantir que a direção defenda ou negocie o que bem entender, uma vez que o sindicato se limita a pouquíssimas assembleias ao ano, sendo inevitável que os temas pertinentes aos trabalhadores apareçam em momentos como este, onde a base se reúne para tratar de suas demandas.

É necessário que o sindicato saia do imobilismo das assembleias apenas nos momentos de campanha salarial, a pauta econômica é importante mas a categoria tem outras demandas para debater e o sindicato deve estar aberto a acolhê-las e tratá-las com a mesma seriedade com que trata a campanha salarial. Abrir suas portas para que os trabalhadores possam de forma unificada compreender a dinâmica que está sendo colocada em relação aos perigos da aplicação da reforma administrativa é fundamental para combater o avanço das terceirizações, precarização dos trabalhos, desemprego e defender a manutenção e repasse patronal adequado para a aposentadoria dos trabalhadores. O sindicato deve acatar as decisões de sua base, e não fazer malabarismos para se defender de seus questionamentos. A experiência vem demonstrando que Unidos para Lutar, cada vez mais, fragiliza as campanhas salariais ao burocratizar o funcionamento sindical e visa controlar seu aparelho para poder impor sua política democratizante e de confiança nas instituições burguesas. ●



UNIDADE INDEPENDENTE CLASSISTA E COMBATIVA

Boletim nº 13
06/03/2026



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

MAIS DE 40 MIL DESEMPREGADOS, O GOVERNO TARCÍSIO AMPLIA A DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO, APLICANDO O ARCABOUÇO FISCAL DO GOVERNO LULA.

A Direção da Apeoesp se posiciona contra a greve. Aprovar a greve contra o desemprego e subemprego!

Esse ano, os professores, desde a atribuição, sofreram com as investidas de Tarcísio/Feder com o desemprego e subemprego. A resolução de atribuição de aulas, traz em seu bojo os elementos do desemprego, subemprego e as violentas e humilhantes atribuições de aulas aos professores, com uma essência meritocrática, usando a avaliação de desempenho e a “formação” pelo infame “Multiplica”. Esse curso além de ser usado para impor aos professores a política educacional de sucateamento do ensino, também

serve como elemento principal para a composição da pontuação da atribuição de aulas. Muitos professores que não o fizeram, seja por vontade ou por não conseguir conciliar o tempo, foram penalizados na pontuação. Os professores, com mais tempo de trabalho, foram jogados para o “final da fila”, gerando instabilidade e o subemprego, inclusive aos titulares de cargo.

Está claro que a BNCC e seu caráter privatista vem aprofundando a destruição do ensino público. A política de “resultados” atrelada ao SARESP, Bônus, “plataformização”, imposição de

cursinhos, entre outros, é usada contra professores e estudantes.

Desde o Congresso da Apeoesp, no ano passado, a Unidade Independente, Combativa e Classista (UICC) aponta a necessidade das assembleias para a construção da greve, para enfrentar os ataques contra os trabalhadores da educação. Isto posto, o governo utiliza a avaliação de desempenho para impor o desemprego, subemprego e a precarização das condições de trabalho, as demissões neste ano já ultrapassou os 40 mil trabalhadores. Entre os efetivos, inúmeros

→ professores estão parcialmente ou adiados, mesmo os em vias de se aposentar. Assim, as consequências foram a redução salarial, o subemprego e a redução de jornada, por conseguinte, se faz necessário a redução de jornada sem redução de salário, 10 aulas com alunos 10 em formação educacional.

No Congresso, a UICC defendeu junto a outras correntes, a efetivação dos professores, porém a direção do sindicato se posicionou contra, esta ação legitimou as péssimas condições de trabalho, o assédio moral e o desemprego em massa. O governo Tarcísio/Feder tem aplicado a política privatista ano a ano, e o corte de mais de R\$ 10 bilhões do orçamento da educação. Como parte dessa política, fechou salas e turnos nas escolas de ensino integral e nas regulares. A “reorganização escolar” e as mudanças no quadro da gestão, não foram para melhorar o ensino, conforme apregoa o governo, mas, para contar gastos e acelerar o processo de privatização.

O governo segue avançando, impondo os cursos “técnicos” nas escolas regulares e impondo as escolas cívico-militares. Nas escolas cívico-militares houve denúncias de imposição de uniformes e soldados rasos tentando impor sua disciplina hierárquica rebaixada com erros de português.

A direção da Apeoesp faz de tudo para separar a política de Tarcísio do governo de Lula. Para nós trabalhadores, deve ficar claro que os governos de turno, são serviçais do grande capital e da burguesia nacional. O governo Tarcísio aplica em São Paulo a mesma política do arcabouço fiscal, que visa economizar dinheiro para os parasitas financeiros com o pagamento dos juros da dívida pública, tal qual faz o governo Lula que, além do arcabouço fiscal, tenta ampliar as privatizações, como fez com o leilão na foz do rio Amazonas, com a tentativa de privatizar os três maiores rios do país (Amazonas, Madeira e Tapajós), ou com a política de resultados no INSS, entre outros.

APRENDER COM A EXPERIÊNCIA E COM OS MÉTODOS DA CLASSE OPERÁRIA, COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO DA LUTA COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSES.

No ano passado, os indígenas e os professores ergueram a greve no Esta-

do do Pará, ocuparam a Secretaria de Educação, enfrentando Helder Barbalho (MDB) e o Secretário Rossieli Soares. O movimento fez o governo revogar a lei que impunha o ensino à distância aos indígenas e ribeirinhos, a luta também derrubou o Secretário da Educação.

Esse ano, os indígenas, de mais de 14 etnias do Baixo Tapajós, Mundurukus e comunidades ribeirinhas conseguiram fazer o governo recuar de seu decreto de privatização dos rios. A ocupação na empresa Cargill, em seu terminal portuário de grãos, no rio Tapajós, no Pará, conseguiu impor uma derrota ao governo Lula e seu aliado político Guilherme Boulos (PSOL).

A ação dos indígenas e ribeirinhos, acentuou o caráter de classe burguês, da Frente Ampla. A ação serviu ainda para mostrar a importância da independência de classes, da utilização dos métodos historicamente de luta dos trabalhadores, com as greves, ocupações e piquetes.

Devemos pressionar a direção da Apeoesp na organização e mobilização na construção da greve! Nos últimos dez anos a direção da Apeoesp vem utilizando a falácia que não é contrária à greve, mas nada faz para que esta se efetive, pelo contrário, a abortou e enterrou inúmeras vezes. Não abrindo o instrumento de luta dos trabalhadores, encastelados na sua burocracia sem movimentação dos comandos nas bases, e quando fazem, são incapazes de fazer um debate de convencimento, são derrotista, desencorajando os professores contra a greve nas assembleias.

Os professores de Minas Gerais aprovaram no dia 26 de fevereiro a greve para iniciar no dia 04 de Março. O governo Zema (Partido Novo) além de descumprir com os reajustes do Piso nacional, amplia a carga de trabalho e sucateamento da educação no estado. A greve é deflagrada num momento de comoção pelas 39 mortes nas cidades de Juiz de Fora e Ubá. O governo cortou em 96% os gastos com os programas de contenção e prevenção das enchentes e deslizamentos, decorrentes das chuvas.

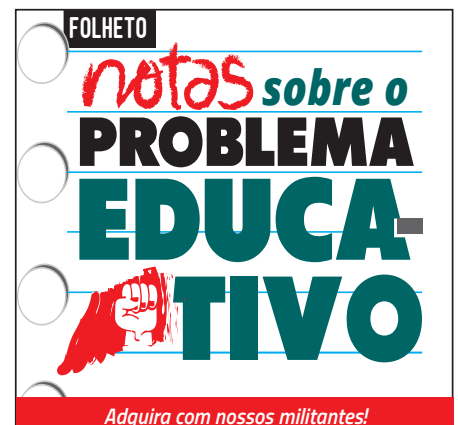
No dia 23 de fevereiro, os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) das Instituições Federais de Ensino (IFEs) entraram em greve em todo

o país. A greve é uma resposta ao não cumprimento dos acordos firmados com o Governo Lula, como na greve de 2024, contra as precárias condições salariais e de trabalho. Esses trabalhadores também nos mostram o caminho de enfrentamento que precisamos fazer sobre os distintos governos que aplicam a crise do capitalismo.

Que as direções unifiquem os movimentos grevistas que estão ocorrendo e ocorrerão ao longo das campanhas salariais nos estados e municípios país afora. As centrais sindicais e a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação), têm a obrigação de unificar as lutas e potencializá-las.

É fundamental chamar a greve por tempo indeterminado no dia 06 de março. Os próximos passos da luta serão decisivos, o governo tenta emplacar o PLC 1316/2025 que impõe uma nova Reforma Administrativa para a educação, pior que a do Dória em 2021. Esta Reforma, pretende alterar o Estatuto do Magistério, retirando conquistas importantes. Usará a avaliação de desempenho para retirar o professor de sua unidade escolar, como já fez esse ano com a política de “faróis”, por exemplo. ●

**TODOS À ASSEMBLEIA
NO DIA 06 DE MARÇO
PARA APROVAR A GREVE!
CHEGA DA POLÍTICA
DE CONCILIAÇÃO DA
DIREÇÃO PELEGA!
ENFRENTAR TARCÍSIO/
FEDER COM A LUTA DE
CLASSES!**



A LIT-QI RENEGA A REALIDADE E RECORRE À FALSIFICAÇÃO PARA JUSTIFICAR SUA POSIÇÃO PRÓ-IMPERIALISTA PARA O IRÃ

A crítica abaixo foi escrita em janeiro, um mês antes da guerra lançada pelos EUA-Israel contra o Irã. Não publicamos no jornal OI nº 36 por falta de espaço. A essência da crítica visa a mostrar que a posição da LIT beira contornos criminosos quando a tática leninista da defesa incondicional de uma nação oprimida (OI 36, “*Sobre os princípios, métodos e tática marxista-leninista-trotskista da defesa incondicional das nações oprimidas*”, páginas 20 a 23) é deturpada pela posição de combater à nação opressora e, ao mesmo tempo, ao governo da nação oprimida. Desde junho do ano passado, a LIT defende combater o regime teocrático sob cerco e ataque dos EUA-Israel, confluindo politicamente com os objetivos do imperialismo, agora que EUA-Israel estão atacando o Irã, essa posição é diluída. Trata-se de uma mudança tática entre diferentes momentos? Não, trata-se apenas de uma manobra oportunista

Em 23 de fevereiro, a LIT-QI publicou uma nota (“Viva os trabalhadores do Irã! Avante com a revolução iraniana!”) em que defendem a derrubada da “ditadura” iraniana. Os clérigos, diz a LIT-QI, ao invés de ser “defensores corajosos do Irã contra o imperialismo, são os primeiros a fazer compromissos”. A situação atual demonstrou todo o contrário, mas serviu cinco dias antes do ataque dos EUA-Israel para explicar porque se devia derrubar “quanto antes” o “regime clerical-burguês”. Na Declaração “*Em defesa do Irã frente ao ataque genocida do imperialismo norte americano e de Israel!*” (28/02/2026) a derrubada do regime “desaparece” e defende-se que “*é o povo iraniano e não o imperialismo norte americano e o sionismo genocida de Netanyahu quem deve decidir o futuro do país.*”

Saudamos à LIT-QI por “assumir uma posição correta, mas não esperamos desses centristas se disporem a combater junto do governo e das forças armadas iranianas contra o imperialismo. Quando acabar a guerra, se o regime dos aiatolás ainda

permanecer em pé, voltarão a erguer a bandeira de sua derrubada o acusando das trágicas consequências da guerra. Passado o perigo, voltarão a mostrar sua real face, mostrando que a “mudança de tática” era para iludir a crítica de serem pró-imperialistas.

Em seu texto do dia 18/01/2026, a LIT-QI afirma que o regime iraniano “*promoveu massacres contra manifestantes em todo o país*”, se guiando pelas informações da mídia imperialista. Segundo a LIT-QI, “*Os massacres foram efetuados pelas forças de repressão, com destaque para a odiada Guarda Revolucionária*” foi dirigida contra os protestos que uniu “*a classe trabalhadora, a juventude, desde os setores mais pauperizados até as classes médias, as elites intelectuais e os pequenos comerciantes*”. Na sequência, destaca que “*a miséria contra a qual as massas protestam são frutos das políticas do regime*” que se combinaram às consequências das sanções do imperialismo. Segundo explica mais à frente, a derrota da “*Revolução Verde*” de 2009 “*contra a fraude eleitoral eliminou da consciência das massas a perspectiva de uma reforma democrática por dentro do regime*”. De forma que “*às reivindicações econômicas contra os efeitos da hiperinflação ... se uniram aos chamados pela derrubada do regime*”.

A LIT-QI não descarta possíveis ataques militares dos EUA visando a queda do regime iraniano. Assinala que Trump não tem “*nenhum compromisso com direitos humanos ou com liberdades democráticas*”, e que a intervenção visaria enfraquecer “*os protestos e fortaleceria o regime ditatorial, seria, na verdade, contra a luta das massas*”. Ou seja: impedir “*que uma revolução operária e popular derrube o regime*”. Diz ainda que o regime iraniano “*se limitou a declarações contra o genocídio em Gaza iniciado em outubro de 2023 e uma ajuda muito limitada ao Hamas*”, utilizando “*a causa palestina como um instrumento para legitimar a repressão sobre seus povos*”. Conclui: “*Não é*

de interesse da causa palestina apoiar regimes que assassinam a população”, e só a revolução proletária “*pode colocar o Irã na linha de uma verdadeira solidariedade com o povo palestino e ser o início de novas revoluções*”.

Finalmente, critica as correntes de esquerda que “*substituíram a luta de classes pela disputa entre os blocos imperialistas, na qual a classe trabalhadora deve se colocar acriticamente ao lado do imperialismo chinês e russo e dos regimes que lhe são subordinados tal qual o iraniano*”. Eis porque defende a “*autodefesa contra a repressão e conselhos operários e populares*”. O que exigiria construir uma “*liderança alternativa*” e lutar pelo triunfo dos protestos a exemplo da “*revolução operária e popular de 1979*”, e se garanta a “*liberdade e condições dignas de vida*”, o que, diz, “*não é possível sem uma revolução que leve ao poder a classe operária*”. Conclui a Declaração afirmando que não se trata de nem apoiar a ditadura teocrática e nem um governo imposto pelos EUA, Israel, China etc., erguendo as bandeiras de “*Chega de massacre! Abaixo a ditadura! Não à qualquer intervenção imperialista! Pelo fim imediato das sanções! Nenhuma bandeira estadunidense ou israelense nas manifestações! Fora Trump e Israel! Todo apoio ao povo palestino! Pela greve geral insurrecional! Pela autodefesa operária e popular! Por um governo operário e popular baseado em conselhos nas fábricas e nos bairros!*”

PRIMEIRA FALSIFICAÇÃO: QUE OS MASSACRES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO REGIME IRANIANO

A LIT-QI faz uma avaliação das manifestações em grande parte distorcida da realidade. A mais desavergonhada dessas distorções é a de outorgar um conteúdo “*revolucionário*” à ação de organizações e milícias a serviço do imperialismo, que estiveram à frente de assassinato de civis e policiais, queimando hospitais e comércios, atacando mesquitas e instituições públicas, procurando com sua ação forçar uma intervenção dos

→ EUA e Israel. Pode-se argumentar que não se deve confiar cegamente na “ditadura teocrática” e que o regime reprimiu e matou manifestantes (não duvidamos disso), mas, na medida em que passaram os dias, mais e mais fica em evidência que os ataques dessas organizações e milícias tiveram o apoio direto (e ajuda na sua organização e coordenação) da CIA e do Mossad. Milícias e agrupamentos que assassinaram civis e policiais procurando a intervenção imperialista, portanto, ações de traição à pátria. Basta isso para mostrar o conteúdo de classe das posições dos morenistas, que escolheram acreditar na mídia imperialista e nas operações psicológicas do imperialismo, ao invés de avaliar crítica e objetivamente os fatos e observar criticamente os fatos.

Ocorre que os morenistas partem de um pressuposto: a ditadura iraniana “*assassina a população*”, dando a entender que nunca se deve “confiar em assassinos”. O trágico é que confiam nos verdadeiros organizadores de assassinatos em massa de um setor da população (imperialistas e sionistas). Deixar de lado esse dado comprovado factualmente por diversas mídias e entrevistas é ocultar o conteúdo dessas ações e parcializar a realidade. Quanto muito, poderá se culpar ao regime teocrático de assassinar manifestantes (e deve ser denunciado por isso) e membros de grupos armados que agiram em nome do imperialismo e, nesse caso, negar ao regime o direito de tomar uma medida elementar de defesa contra sabotadores pró-imperialistas). A ausência de qualquer caracterização desses grupos e suas relações com os verdadeiros genocidas dos povos demonstra o oportunismo criminoso dos morenistas de falsificar a realidade para que sirva a suas posições que deturpam a realidade. Nada dizem ainda do fato do secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, afirmar publicamente que a estratégia de “máxima pressão” econômica (sanções) teve por objetivo “*provocar o colapso econômico*” e desencadear os protestos. E que se jactou junto de Israel de instrumentalizar a ação de grupos para inseri-los nas manifestações para desestabilizar o regime e que queimaram hospitais, carros



• • •
É parcial (e falsa) a ideia que a crise se deve exclusivamente à política interna do regime iraniano, deixando de lado a maior responsabilidade que cabe à ação externa por mais de 40 anos de brutal bloqueio.

São medidas de guerra econômica travadas pelos EUA que impedem o país de usufruir livremente das rendas nacionais pelas exportações de petróleo. A escassez de dólares (moeda nas transações energéticas mundiais) são uma arma de guerra que cria artificialmente uma oferta deprimida de dólares que eleva a inflação e os preços internos.

e instituições civis. Ou que a embaixada palestina em Teerã foi atacada pelos mesmos grupos para ajudar os EUA a intervirem militarmente.

Foram contabilizados 2.427 civis e centenas de membros das forças de segurança assassinados durante a “radicalização” dos protestos de um total de 3.117. O restante dos mortos foram de agrupamentos e milícias com laços estreitos com o imperialismo-sionismo nos combates contra as polícias e Guarda Revolucionária. Assim, a maioria dos mortos tombaram após a intervenção dos grupos e milícias que agiram ao serviço dessas forças genocidas. E isso ocorria quando França, Inglaterra e Alemanha, junto dos EUA, aumentaram as sanções visando jogar combustível nos protestos para justificar sua intervenção armada. Fica claro que a LIT-QI faz o jogo do imperialismo ao fazer único responsável ao regime pela crise e massacres, e tentar ocultar o papel das milícias que servem aos interesses contrários à nação oprimida sob ataque imperialista. Eis a única forma discursiva e retórica em que pode funcionar - no campo da distorção deliberada da realidade, da parcialização das informações e da subordinação à grande mídia imperialista - a política do “nem, nem” morenista.

SEGUNDA FALSIFICAÇÃO: QUE O REGIME É O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA CRISE ECONÔMICA E SOCIAL

Ainda que surgida como expressão genuína do descontentamento contra o agravamento da crise, não se pode desconhecer que “*essa crise foi criada pelo brutal (e genocida) bloqueio econômico que os EUA e aliados impuseram ... há mais de quatro décadas*”. É parcial (e falsa) a ideia que a crise se deve exclusivamente à política interna do regime iraniano, deixando de lado a maior responsabilidade que cabe à ação externa por mais de 40 anos de brutal bloqueio. São medidas de guerra econômica travadas pelos EUA que impedem o país de usufruir livremente das rendas nacionais pelas exportações de petróleo. A escassez de dólares (moeda nas transações energéticas mundiais) são uma arma de guerra que cria artificialmente uma oferta deprimida de dólares que eleva a inflação e os preços internos.

Sem dúvida, há um setor da burguesia iraniana que se enriqueceu manejando importações e exportações, centralizando parte das divisas pelas exportações não petrolíferas. Foram US\$ 117 milhões de US\$ 335 bilhões das exportações não petrolíferas que foram depositados no exterior. Nas condições de crise e pelo seu acesso ao mercado de dólares se enriqueceram enquanto a população afundava. O regime faz pouco (ou nada) para atingir esse setor do qual depende para sua governabilidade. Foram as movimentações financeiras desse setor parasitário que atingiu o Banco Central e agravou a crise. São responsáveis junto do imperialismo pela situação que foi utilizada por esse, visando à derrubada do regime. As massas deveriam se mobilizar para impor ao governo que sejam expropriados. Dando passos nesse sentido, se fortaleceriam para travar a luta de classes contra a burguesia e o regime. Diferentemente, trabalhar pela queda do governo pelas forças pró-imperialistas fortalecerá o imperialismo e o sionismo, não o proletariado e os oprimidos. Essa distinção é decisiva aos marxistas!

TERCEIRA FALSIFICAÇÃO: AS MANIFESTAÇÕES 'RADICALIZADAS' FORAM EXPRESSÃO DAS MASSAS EM LUTA

Os protestos de dezembro de 2025 foram resultado, sobretudo, da violenta guerra econômica travada pelo imperialismo contra a nação oprimida. A queda da moeda do Irã, o Rial, e aumento em 60% da inflação e a queda salarial levaram setores das massas a protestarem contra o governo. Entretanto, a passagem das greves operárias nas refinarias de South Pars para a "insurreição" dos pequenos e médios comerciantes e setores populares contra a crise e, finalmente, a violência terrorista de agrupamentos ao serviço do imperialismo no momento em que refluem as manifestações reivindicativas econômicas, demonstram uma mudança no conteúdo e objetivos dos protestos

A mudança no conteúdo das manifestações pode ser constatada pelo fato das mobilizações em Teerã recuarem enquanto cresceram no leste do país e nos estados em que separatistas e grupos de oposição pró-imperialistas têm maior inserção. O método dessas organizações se assemelha ao usado em Maidan, na Ucrânia, em 2014, quando grupos nazistas orientados e financiados pelos EUA e aliados mataram civis para desestabilizar Yanukovich, o que levou ao golpe de estado pró-imperialista.

Os morenistas olham para o lado desses fatos e se negam os avaliar de forma científica e precisa, porque iria desmontar sua farsa da "intervenção revolucionária das massas" da qual precisam para se defender retoricamente das críticas pela sua posição reacionária contra a nação oprimida sob ataque do imperialismo. Por isso, tampouco se vai encontrar em seus textos qualquer avaliação dos milhões de iranianos que após os protestos violentos da oposição armada pró-imperialista refluem, saíram às ruas a apoiar seu governo e reforçar seu comprometimento com a defesa da nação. Seria difícil aos morenistas explicarem como um regime odiado pode ter essa capacidade de mobilização que ultrapassou aos protestos de novembro-dezembro, e inclui setores operários e dos oprimidos (para desgosto da LIT-QI).

QUARTA FALSIFICAÇÃO: QUE A LUTA DAS MASSAS SE ORIENTOU À MUDANÇA (OU DERRUBADA) DO REGIME

A luta econômica iniciada pelos comerciantes e seguida por operários e assalariados não ergueram a bandeira de "abaixo o regime" e sim a imediata solução de seus problemas econômicos. A "derrubada do regime" surge como bandeira dos monarquistas e dos grupos separatistas e milícias pró-imperialistas que intervêm de fora para dentro do movimento real para se servir desse para legitimar a intervenção imperialista que, supostamente, levaria o regime à queda. Como na Líbia, a LIT-QI defende a queda do governo nacionalista-burguês que é um entrave ao imperialismo pelas armas desse, e não pela ação revolucionária das massas dirigidas por seu partido revolucionário. Assim, se subordina às palavras de ordem dos grupos favoráveis à intervenção imperialista e à agenda "democrática" dos EUA.

Até a nota que aqui criticamos tinha sido postada no site com a bandeira monarquista da dinastia Xá. Recentemente, foi trocada por outra foto. Essa manipulação típica do stalinismo (apagar a "história" da própria organização) serve ao ocultamento de seu servilismo que ficou exposto. O que importa ressaltar, porém, é que essa bandeira foi erguida nos protestos no Irã e no mundo todo - como no Brasil - cada vez que se "festeja" protestos e os ataques do imperialismo contra o Irã. A LIT-QI segue a cartilha da mídia imperialista, ergue (e apaga) as bandeiras monarquistas em capa de notas e chama isso de "luta de classes". Foi contra o regime que se expressou simbolicamente nessa bandeira que os operários, os assalariados, a pequena burguesia e camponeses fizeram a revolução que resolveu um conjunto de tarefas democráticas e teve um conteúdo anti-imperialista, ainda que acobertada pela retórica islâmica.

QUINTA FALSIFICAÇÃO: QUE A REVOLUÇÃO 'PROLETÁRIA E POPULAR' DE 1979 FOI EXPROPRIADA PELOS AIATOLÁS

A crítica as correntes de esquerda que "substituíram a luta de classes pela disputa entre os blocos imperialistas, na qual a classe trabalhadora deve se colocar acriticamente ao lado

do imperialismo chinês e russo e dos regimes que lhe são subordinados tal qual o iraniano" é colocada de forma artificiosa para defender a continuidade da "revolução operária e popular de 1979". Na nota "Sobre o Irã", publicada no OI nº 30 (agosto de 2025), que redigimos nos apoiando na base documental histórica do livro "Irã - um elo fraco do equilíbrio mundial" (Século XXI Editores, primeira edição em espanhol de 1979), alertamos que conhecer a realidade iraniana e suas contradições "é decisivo a hora de elaborar a linha da defesa da nação oprimida (...) "desprovida de todo preconceito democratizante burguês, não desprezando e sim compreendendo dialeticamente as particularidades da cultura e das relações sociais que não cabem no receituário de intelectuais educados nos preconceitos democrático-burgueses".

Houve a combinação de lutas operárias e do avanço da política marxista - embora deturpada pelo stalinismo - com a luta das massas nacionais que tinham como elemento unificador o xiismo por sua raiz histórica como veículo da luta de setores das massas camponesas, da pequena burguesia e também de frações da burguesia em choque contra o imperialismo. Com a brutal repressão contra as tendências "marxistas", houve crescimento das "organizações que recorriam à roupa-gem religiosa do xiismo para canalizar o ódio de classe e nacional das massas contra seus opressores".

Ora, a massiva e nacional influência dos clérigos xiitas como "cobertura nacional" da luta das massas nacionais contra a dominação estrangeira deu seu conteúdo mais "nacional" à unidade frentista que derrubou a monarquia. Tratar-se-ia a revolução de "Um movimento nacional reunindo clérigos, estudantes, operários, intelectuais, comerciantes, minorias étnicas e organizações marxistas e jihadistas constituíram as bases de uma frente única para a destruição do regime imposto pelos EUA".

Essa é a particularidade da revolução islâmica que, no curso histórico, sustentará o regime nacionalista-burguês de formas teocráticas. A tal de "revolução operária e popular de 1979" não existiu por estar ausente o partido revolucionário no seio do proletariado. Seu conteúdo nacionalista e a ausência de um verdadeiro partido marxista-leninista-trotskista

// **A tática leninista de defesa incondicional da nação oprimida não separa as massas de sua organização social, econômica e política que, no caso iraniano, são o produto da ruptura com o imperialismo.**

→ impediu à revolução democrática nacional se transformar em operária, em socialista. A falsificação histórica dos morenistas serve hipocritamente a estes para defender a bandeira reacionária de “*Abaixo o regime!*” nacionalista-burguês no momento em que esse é o objetivo principal do imperialismo.

A LIT-QI DEFORMA O APOIO DO IRÃ À CAUSA PALESTINA PARA ‘REFORÇAR’ SUA POSIÇÃO CRIMINOSA

Em fins de 2024 foi derrubado o governo nacionalista (que favorecia a ação de grupos palestinos em suas terras) de Al-Assad, na Síria, após o imperialismo usar a guerra econômica (bloqueios) para afundar o país e, como no Irã, apoiar uma guerra civil se apoiando em movimentos e milíciais serviçais de seus interesses. Agora, assim como fez na Síria, a LIT-QI se une ao imperialismo para defender agrupamentos pró-imperialistas que visam criar um caos deliberado para facilitar o intervencionismo dos EUA e Israel. E como fizeram com Al-Assad, usam a bandeira palestina para justificar a derubada do regime iraniano por “não defender” os palestinos.

O Irã é defensor da luta palestina e apoiador da resistência armada ao expansionismo sionista-imperialista na região. Os houthis apoiados e armados pelo Irã combatem contra o sionismo. Indiretamente, o Irã continua ajudando à resistência palestina e libanesa. Esse apoio enfraqueceu e não atingiu mais o nível de anos anteriores. Mas, esqueceram, por acaso, que a principal liderança palestina foi assassinada no Irã? Os morenistas são especialistas em parcializar e deformar a realidade para defender suas posições reacionárias. A queda do regime iraniano acabaria com a última barricada em que se apoia Hezbollah, Hamas e Ansar Allah (Houthis) para combater militarmente o sionismo. Diferentemente, o movimento Mojahedin-e-Khalq (MEK) que agiu com métodos terroristas contra a população iraniana visando à queda do regime teocrático serve aos inte-

resses do sionismo e dos EUA. A LIT-QI rejeita aos verdadeiros aliados da luta do povo palestino, iemenita e libanês contra a opressão e colonização, para apoiar aos movimentos e milícias (como na Síria) que servem aos carneiros dos palestinos e libaneses.

A ESTRATÉGIA E TÁTICA REVOLUCIONÁRIA NA DEFESA DA NAÇÃO OPRIMIDA

A LIT-QI combate o governo iraniano “*com os mesmos argumentos dos imperialistas*”. E “*convocam a uma luta das massas separada e oposta à unidade frentista imediata em defesa da nação oprimida, ainda seja sob direção das forças políticas religiosas e obscurantistas, em nome de valores democráticos criados nas entranhas decompostas do capitalismo e que nada mais é, em última instância, que negar o direito democrático progressivo à autodeterminação*” (nota citada acima). Os morenistas abstraem as massas do processos histórico-políticos que deram à revolução iraniana um conteúdo definido, tirando de suas cabeças o que não corresponde à realidade objetiva e, por meio de falsificações, defendem bandeiras, métodos e estratégias que servem ao imperialismo e ao sionismo.

A tática leninista de defesa incondicional da nação oprimida não separa as massas de sua organização social, econômica e política que, no caso iraniano, são o produto da ruptura com o imperialismo. As massas que fizeram a revolução ergueram no poder os Aiatolás. A constituição de um regime teocrático combinado a instituições formais burguesas selou a unidade da burguesia à hierarquia religiosa para parasitar as nacionalizações sobre a base da exploração assalariada. Contra essa “unidade” de classe e política devem combater os operários e demais oprimidos com sua estratégia e programa próprios.

Mas, a estratégia proletária se instrumentaliza em táticas que, em sua combinação e desenvolvimento, devem levar o proletariado a conquistar sua independência de classe, se erguer em direção política da nação oprimida, constituir seus organismos

próprios de poder e, combatendo e derrotando o imperialismo, ajustar as contas com o regime, abrindo caminho à revolução proletária. Por isso, se é correto afirmar de forma geral que “*Está colocada historicamente a luta do operariado pela estratégia da revolução e ditadura proletárias*”, é mais correto ainda dizer que NUNCA se deve favorecer as movimentações imperialistas contra a nação oprimida. Como assinalamos na nota “*Após a Venezuela, Irã é alvo das ameaças dos EUA*”, publicada no OI nº 35 – (janeiro de 2026), “*Se bem sabemos perfeitamente que a revolução proletária é que libertará definitivamente o país da opressão nacional e da exploração de classe elevando o proletariado ao poder aliado dos camponeses, colocando ainda a religião como assunto da vida privada dos indivíduos, como marxistas também sabemos que não é possível desenvolver essa estratégia desconhecendo as contradições e particularidades do processo histórico iraniano, sem qual não há como elaborar uma posição clara em defesa da nação oprimida*”.

Está aí porque os marxistas devem apoiar incondicionalmente à luta da nação oprimida e, nesse estrito sentido, estar conjunturalmente ao lado do regime contra o imperialismo sem compactuar com sua política, programa e medidas. Mas, cientes de que “*É derrotando do imperialismo e defendendo o direito da população iraniana a decidir por si mesmos sobre seu país e seu governo que um partido verdadeiramente revolucionário criará as condições para a estratégia proletária ganhar a confiança das massas, e seu direito de conquistar sua direção na luta contra a burguesia nacional e os clérigos xiitas que as oprimem e empobrecem*”. Essa tática é a única que dá conta do processo histórico, de suas contradições, das leis da revolução proletária e é adequada à estratégia dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio, que exigem a luta das massas árabes sob uma Frente Única Anti-imperialista dirigida pelo proletariado e seu partido marxista-leninista-trotskista para consumir as revoluções sociais. ●

RECORRENDO À ORGANIZAÇÃO COLETIVA E À AÇÃO DIRETA, OS POVOS ORIGINÁRIOS IMPÕEM AO GOVERNO PRIVATISTA DE LULA A REVOGAÇÃO DO DECRETO

No dia 23 de fevereiro, o governo Lula revogou o Decreto 12.600/2025, que autorizava a privatização dos rios Tapajós, Tocantins e Madeira para a criação de hidrovias para o escoamento da produção de soja em favor da Cargill, após a luta de mais de 17 etnias contra a privatização dos rios da Amazônia.

Não houve mudança nos objetivos de Lula, houve apenas um recuo temporário por cálculos eleitorais. Ao revogar o Decreto, Boulos disse que isso mostrava que o governo está “disposto ao diálogo”. O concreto é que teve um objetivo mais cínico e oportunista: não perder votos de setores que podem ser decisivos à hora de definir um resultado eleitoral apertado, como indicam as pesquisas.

A manobra foi explicitada pelo Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, que afirmou que o governo mantém os “estudos” sobre concessão de hidrovias e que a “suspensão”

do decreto “*não interrompe os trabalhos técnicos*” conduzidos pela Secretaria Nacional de Hidrovias. Ele disse ainda que a revogação ocorreu perante o risco de “*escalada dos protestos*”, e que agora será momento das consultas públicas e do “*diálogo com comunidades locais*”.

Lula aprovou o decreto da privatização, Boulos mentiu em uma assembleia indígena na COP-30 dizendo haveria consulta prévia a qualquer proposta de privatização de hidrovias e Sônia Guajajara ficou calada durante um mês enquanto seus “parentes” lutavam por seu direito a decidirem sobre seus territórios. Sem desconhecer a enorme vitória dos povos em luta por seus direitos, os povos originários não devem baixar a guarda e ficar preparados para uma nova ofensiva porque o governo já mostrou que está decidido a favorecer os monopólios, passando acima de seus direitos.

A retirada do Decreto 12.600/2025 foi uma conquista da luta de classes, como tem sido cada vitória parcial dos povos originários há mais de 500 anos (ver pág. 23). A luta é a via também das massas para derrubar o Plano Nacional de Desestatização e derrotar os capitalistas que pretendem privatizar tudo para continuar aumentando seus lucros à custa de destruir direitos e as condições de vida das massas

oprimidas. Por isso é que a luta contra as privatizações continuará depois das eleições. Vencendo Lula, é muito provável que se retome a ofensiva privatista embora que por outros métodos e por outras vias, a exemplo do Congresso para desse modo colocar toda a culpa na “*correlação de forças no Congresso*” e impor aos indígenas um fato consumado.

Os povos originários e os explorados do país devem tirar as lições de sua vitória e do real conteúdo do governo Lula para avançar a sua independência e confiar apenas em sua força e organização coletivas. Os assalariados dos Correios, da Petrobras e tantas outras empresas ameaçadas de privatização (total ou parcialmente) devem compreender que não há como barrar o avanço privatista sem a luta de classes.

Durante as campanhas das eleições estará colocada a necessidade de defender o direito dos povos originários a usarem a ação direta para se autodeterminarem e exercer uma real e total soberania sobre seus territórios ancestrais. O único programa que lhes permitirá avançar por esse caminho é o programa da revolução social, e a única classe capaz de cumprir com essa tarefa democrática é o proletariado. Nesse sentido, nas eleições não se trata de “votar o mal menor”, e sim denunciar

//

...

A retirada do Decreto 12.600/2025 foi uma conquista da luta de classes, como tem sido cada vitória parcial dos povos originários há mais de 500 anos. A luta é a via também das massas para derrubar o Plano Nacional de Desestatização e derrotar os capitalistas que pretendem privatizar tudo para continuar aumentando seus lucros à custa de destruir direitos e as condições de vida das massas oprimidas. Por isso é que a luta contra as privatizações continuará depois das eleições.

as eleições e a demagogia dos que se demonstraram ser serviçais da burguesia e contrários aos direitos dos povos originários e dos demais explorados. O Voto Nulo é um instrumento para fazer essa denúncia e aproximar aos povos originários do programa que leva a sua emancipação e autodeterminação nacional. ●

FOLHETO

NOVO!

PROGRAMA
PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

Adquira com nossos militantes!

11/03/1641

POVOS GUARANIS DERROTAM OS BANDEIRANTES EM M'BORORÉ

Em 11/03/1641, os guaranis das “missões jesuíticas” do “Alto Uruguai” (hoje município de Panambi, Argentina) derrotaram os bandeirantes paulistas e aliados Tupis, na que é considerada a primeira batalha naval da América do Sul. Dos 3 mil bandeirantes e Tupis, apenas 120 retornaram a São Paulo.

A monarquia espanhola facilitou o armamento dos guaranis visando defender suas “propriedades” territoriais. Armados e treinados por tropas espanholas, os guaranis obtiveram diversas vitórias contra os bandeirantes. Os bandeirantes, porém, decidiram reforçar sua ofensiva. Em 1640, 500 bandeirantes “apoiados” por ao menos 2 mil Tupis, saíram de São Paulo sob comando de Pedroso de Barros e Manuel Pérez rumbo ao “Alto Uruguai”. Dos milhares de guaranis, apenas umas centenas portavam armas de fogo (arcabuzes e mosquetes), os demais recorriam a arcos e flechas, lanças, machados, boleadeiras etc. Os missionários jesuítas tinham construído catapultas para emboscar os bandeirantes e os Tupis.

Sob comando dos caciques Abiarú, Neenguirú, Mbayroba e Azaray, realizaram-se ataques coordenados aos bandeirantes por 5 dias, até esses enviar uma carta de rendição incondicional. Os chefes guaranis decidiram “não ter piedade” e continuaram os ataques. Em 18 de março, finalmente, os guaranis pararam os ataques. A vitória guarani encerrou a ofensiva das bandeiras na região. Entretanto, das 63 missões jesuíticas viriam a sobreviver apenas 23. A derrota dos bandeirantes em M'Bororé deu um breve respiro a sua existência e serviu à consolidação do domínio colonial espanhol nesses territórios. O exército guarani manteve-se armado. Em 7 de abril de 1643, o rei Felipe IV ordenou que, por dez anos, ficariam isentos do pagamento de tributos e da prestação da mita (serviço gratuito para os espanhóis).

A decisão dos povos originários de se defenderem do genocídio e escravidão são uma constante há mais de 500 anos. Houve também aqueles povos originários que em troca de sua sobrevivência se aliaram aos colonos e escravocratas brancos, levando a diferentes etnias a se subordinarem aos colonos. É o que aconteceu com os Tupis que foram usados como bucha de canhão contra seus irmãos guaranis. Por cima da resistência guarani e da subserviência dos Tupis, pairavam os interesses das classes dominantes que se aliavam ou combatiam aos indígenas de acordo a seus interesses de classe.

Um século se passou desde a vitória de M'Bororé e de uma relativa expansão e consolidação econômica e social das missões jesuíticas, quando as coroas portuguesa e espanhola se apoiaram mutuamente para se apropriar das propriedades da Igreja. Na Europa e na América colonial instaurou-se a perseguição às ordens religiosas que não se submetiam aos desígnios das monarquias e nem da cúpula da Igreja Católica aliada dessas. A expulsão da Igreja de seus domínios territoriais acabaria se refletindo na mudança da coroa espanhola. Essa mudança observou-se na derrota da revolta Guarani de 1756 (O Internacionalista nº 36, de fevereiro deste ano). Os guaranis das missões jesuíticas foram derrotados por uma aliança militar luso-espanhola. A nascente burguesia – herdeira dos donos das grandes explorações agrícolas – viria dizimar, exterminar e expropriar suas terras, recursos e riquezas.

A vitória de M'Bororé é um elo que une a resistência e a luta dos povos originários às lutas mais recentes contra o avanço dos interesses capitalistas nos rios Tapajós, Madeira e Tocantins. A vitória conjuntural dos povos originários que impuseram com os métodos da ação direta a anulação do nefasto Decreto 12.600/2025 de Lula demonstra que não devem confiar nas promessas dos agentes

políticos da grande burguesia, como Lula e Boulos, e sim apenas em suas próprias forças. Demonstra ainda que assim como os Tupis no passado, existem frações e lideranças indígenas dispostas a se submeterem aos ditames e medidas dos grandes proprietários de capital que viabilizam seu genocídio, como Guajajara.

Por sua vez, a derrota dos guaranis um século depois de sua vitória em M'Bororé demonstra também que a vitória será sempre conjuntural enquanto continuar existindo o estado que estruturou a burguesia para impor sua ditadura de classe. Sobretudo, enquanto não se constituírem em parte de um movimento revolucionário dirigido pelo proletariado visando enterrar o capitalismo e caminhar para o socialismo.

A revogação do decreto é uma vitória, mas isso não significa desconhecer que é apenas uma vitória conjuntural e parcial. A burguesia monopolista ainda é a força econômica e política dominante no estado burguês. Para criar as condições de uma vitória duradoura, os povos originários devem confiar em suas próprias forças. Mas, sobretudo exige do proletariado, fundamentalmente agrícola, avançar na solidariedade ativa com sua luta e se somar a suas ações e medidas, as estendendo por todo o país. Para isso, operários e povos originários devem começar a se libertar das promessas eleitorais (sem luta, Lula continuaria com a privatização) e romper suas ilusões na democracia e nos governos burgueses.

Para recuperar todas as terras que lhes foram roubadas e garantir seu direito à autodeterminação real, será necessário a “*expropriação da grande propriedade privada da terra e a destruição do estado burguês*” (OI nº 36, fevereiro de 2026), encerrando mais de 500 de roubo e extermínio assumindo o programa da revolução agrária que é parte do programa revolucionário do proletariado para o país. ●



05/03/1871

Nascimento de Rosa Luxemburgo¹

Rossa foi uma destacada dirigente da ala esquerda da Segunda Internacional e da socialdemocracia alemã (SPD). Travou uma luta dura contra o revisionismo de Bernstein e Kautsky (antes mesmo de Lênin e Trotsky). Em 1914, se alinha à política do “derrotismo revolucionário”, defendida por Lênin, que visava a transformar a guerra inter-imperialista em guerra civil contra a burguesia. Juntamente com Carlos Liebknecht fundou a “Liga Spartacus” que liderou a revolução alemã de novembro de 1918, e contribuiu para a formação do Partido Comunista Alemão e da III Internacional.

Rosa Luxemburgo foi assassinada em 15/01/1919 por um agente do governo prussiano. A reação burguesa pretendia assim apagar sua influência revolucionária entre as massas femininas. Mas, sua obra e exemplo continuam vivos para as mulheres que se entregam à causa da luta revolucionária e, assim, podem elevar-se até o ponto mais alto da teoria marxista e ocupar um lugar na direção revolucionária.

Sua vida é exemplo da mulher que se constitui em revolucionária profissional, e em um guia na luta das mulheres mais conscientes pela revolução social, que abrirá caminho à emancipação de toda forma de opressão e discriminação sobre as mulheres. ●

1. Atualizado sobre a base do texto publicado em O Internacionalista n° 25, de março de 2025

FOLHETO

PARA ONDE
marxismo»revisionismo
VAI O CERQUI

Adquira com nossos militantes!

8 DE MARÇO
Mulher Trabalhadora

março
2026



08 de março de 1910

DIA DA MULHER TRABALHADORA¹

Em 1910, a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas aprovou o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, em homenagem às 129 operárias têxteis estadunidenses que morreram carbonizadas enquanto ocupavam a fábrica onde trabalhavam (08/03/1857).

No dia 8 de março de 1917, operárias se mobilizaram em Petrogrado (atual São Petersburgo), exigindo melhores condições trabalhistas e a retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial. Gritando “abaixo o czar!” e “pão!”, as mulheres logo entraram em confronto com a polícia czarista. No dia seguinte, 150 mil pessoas se manifestaram em defesa das operárias e contra a repressão.

O movimento das mulheres operárias russas foi um marco da luta reivindicativa que em choque contra a burguesia e sob a política revolucionária dos bolcheviques, adquiriria projeções socialistas. A mobilização das operárias iniciava a ascensão da luta revolucionária da classe operária que viria culminar na Revolução de Fevereiro, e posteriormente na de Outubro. Foi em homenagem às operárias norte-americanas e russas que, após a tomada do poder, Lênin decretou o Dia da Mulher Trabalhadora.

Assim como a luta das massas femininas pelas suas reivindicações em choque contra a burguesia abria caminho à fusão entre o instinto comunista e a política revolucionária consciente encarnada no programa do bolchevismo, a destruição desse e a degeneração do Estado Operário pela reação estalinista permitiriam que a burguesia sequestrar o Dia da Mulher Trabalhadora, o transformado em data festiva, culturalista e democratizante, apagando seu conteúdo anticapitalista e revolucionário.

É nesse quadro de decomposição e destruição da direção revolucionária que nasce, no seio da academia burguesa, uma tendência teórica e política pequeno-burguesa que imprimiria uma política individualista e de empoderamento culturalista à luta das mulheres em oposição à teoria da luta de classes. Pretendia-se (e ainda se pretende) transformar a luta coletiva das mulheres em luta pela libertação de “gênero” e individual por meio do eleitoralismo e da colaboração com a burguesia.

A política proletária levanta as reivindicações mais sentidas pelas massas femininas oprimidas para uni-las aos homens de sua classe num movimento assentado na luta de classes, na democracia operária, na independência de classe, parte da luta dos explorados contra os exploradores e seus governos.

A transformação das tarefas domésticas em tarefas coletivas, a proteção integral à maternidade, a inserção da mulher em todos os setores produtivos e sua participação em todos os organismos da vida econômica e política do Estado operário, será a obra histórica que iniciará a revolução proletária após expropriar a burguesia, e transformar as forças produtivas privadas em forças produtivas sociais para desse modo criar as condições para acabar com a opressão sobre a mulher. “Sem a alteração radical das relações de produção, não há alteração na moral e nas relações sociais.” (L. Trotsky) ●

1. Atualizado sobre a base do texto publicado em O Internacionalista n° 25, de março de 2025

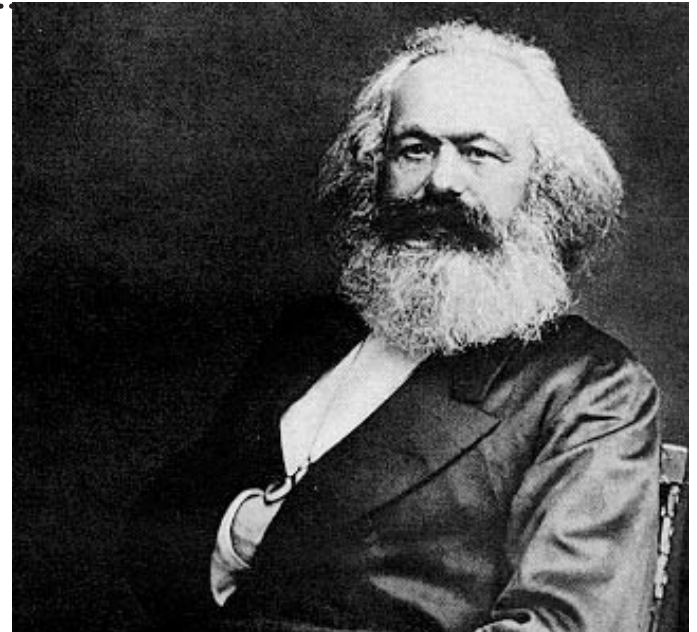
14/03/1883

Morte de Karl Marx¹

Para Engels, Marx descobriu “a lei do desenvolvimento da História Humana” que é determinada pela “produção dos meios de vida materiais imediatos” e pelo “estágio de desenvolvimento econômico de um povo ou de um período de tempo”. E que “cooperar na libertação do proletariado moderno, a quem ele, pela primeira vez, tinha dado a consciência da sua própria situação e das suas necessidades, a consciência das condições da sua emancipação — esta era a sua real vocação de vida”. Para Lênin, “A doutrina de Marx é onipotente, porque é exata” e entrega “aos homens uma concepção integral do mundo, inconciliável com

toda superstição, com toda reação e com toda defesa da opressão burguesa”. Para Trotsky, Marx ofereceu uma compreensão da “realização inconsciente do inconsciente processo histórico” e das “tendências elementares e instintivas do proletariado em direção à reconstrução da sociedade sobre bases comunistas”, aplicando o “materialismo dialético aos problemas da sociedade”.

Karl Marx representou o ponto mais elevado do desenvolvimento da ciência que uniu a teoria à prática revolucionária, generalizando na forma de programa toda a experiência prática e da luta instintivamente comunista do proletariado. A teoria do socialismo cientí-



fico permite conhecer as leis do desenvolvimento histórico e transformação revolucionária de um estágio a outro do desenvolvimento das sociedades humanas por meio da luta de classes. E juntamente com Engels, criou as bases fundacionais para a construção do Par-

tido Mundial da Revolução Socialista. A vanguarda com consciência de classe tem o dever e a tarefa de aplicar sua teoria à realidade e continuar sua obra. ●

1. Atualizado sobre a base do texto publicado em O Internacionalista n° 25, de março de 2025



18/03/1871 Comuna de Paris¹

A Comuna de Paris foi o primeiro ensaio da revolução proletária protagonizada pelas massas proletárias e semiproletárias de Paris, erguendo um governo revolucionário que administrou o governo comunal por dois meses, até sua destruição pelas forças da reação francesa, em 20 de maio de 1871.

Marx não apenas defendeu a insurreição, como dedicou-se a revelar seus

erros visando generalizar em teoria a experiência que abriu ao proletariado o caminho da luta pelo poder quando a Comuna revelou as bases organizativas de um futuro Estado proletário baseado na ditadura do proletariado.

Essa decisiva lição extraída da derrota dos *communards* foi traduzida à linguagem da teoria por Lênin, que desenvolveu a teoria marxista do partido político, que expõe as leis que permitem fundir a ação revolucionária instintiva ao programa e estratégia da revolução socialista. ●

1. Atualizado sobre a base do texto publicado em O Internacionalista n° 25, de março de 2025

FOLHETO **NOVO!**


PRO
GRA
MA

PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

A BARBÁRIE DESATADA PELOS EUA-ISRAEL NO ORIENTE MÉDIO ABRE O PRÓLOGO DE UMA GUERRA INTERNACIONALIZADA

O imperialismo estadunidense avança à centralização ditatorial e militar das relações políticas mundiais. As manobras e discursos das burocracias russa e chinesa não as livrarão dos perigos da guerra. Só o proletariado organizado sob seu programa pode dar uma saída progressista à barbárie.

 O ataque contra Irã desfechado pela gangue EUA-Israel, em 28/02/2026, talvez seja reconhecido no futuro como o início do caminho de uma nova guerra mundial. Isso não significa, evidentemente, que irá acontecer irremediavelmente. Pode ser estabelecida uma trégua, caso a derrubada do regime não prospere como almejado e os EUA não consigam manter o ritmo dos ataques sem começar a ser atingido econômica e politicamente. Se derrubado o regime iraniano, se avançará a imposição de um governo títere ou na submissão dos remanescentes do governo iraniano. Qualquer que seja o desfecho, está sendo traçado o caminho de um potencial choque bélico entre do imperialismo com a Rússia e a China.

//

•••

Guerra comercial, golpes de estado, bloqueio econômico, desestabilização, sequestro de presidentes e guerras constituem o **arcabouço de medidas que utiliza o imperialismo para impor seus ditames e controle sobre países, governos, recursos e rotas comerciais.**

O sequestro de Maduro e a imposição aos remanescentes do governo chavista pela força de uma virtual adaptação aos interesses norte-americanos, deixando suas gigantesca reservas de petróleo em mãos dos EUA; a asfixia criminosa sobre Cuba; a tomada do Canal de Panamá deslocando os chineses de seu controle; o golpe institucional no Peru visando estrangulando os interesses chineses no país e tomar por assalto o controle do

maior porto marítimo que provê de recursos imprescindíveis à China (ver pág. 33); a instalação de bases estadunidenses na Argentina, Equador e Paraguai; a aprovação da Lei de Glaciares e a entrega de recursos minerais da Argentina ao governo dos EUA e a União Europeia (ver pág. 31); o avanço no saque das economias semicoloniais e das contrarreformas que servem ao deslocamento de maiores fatias da mais-valia mundial para as mãos do imperialismo, dentre tantas outras medidas, permitem aos EUA aumentar a opressão e o saque das massas oprimidas, revitalizando conjuntamente a economia moribunda dos EUA e financiar parasitariamente a maquinaria de guerra ao injetar dezenas de bilhões de dólares na indústria militar e nas Big-Techs norte-americanas. Eis como o imperialismo sobrevive e alimenta seu poderio militar saqueando e empobrecendo o mundo todo.

Guerra comercial, golpes de estado, bloqueio econômico, desestabilização, sequestro de presidentes e guerras constituem o arcabouço de medidas que utiliza o imperialismo para impor seus ditames e controle sobre países, governos, recursos e rotas comerciais. O genocídio em Gaza visando se apossar das terras, riquezas e territórios palestinos por meio de seu braço sionista é o grau mais alto dessa barbárie calculada e operada para servir à recomposição dos negócios monopolistas e da taxa de lucros. Desde a Venezuela até o Irã, há um elo de continuidade que encadeia as movimentações do imperialismo. O seu objetivo último é destruir Rússia e China e reconstruir suas economias sob controle imperialista.

O Irã é uma peça no tabuleiro das movimentações dos EUA para obter um controle quase absoluto sobre

fontes de energia e provisões de petróleo e gás que estão na base da alta produtividade e crescimento econômico da China. O Irã é ainda uma peça chave na chamada Rota da Seda e no controle das rotas marítimas da Ásia. Se prevalece o poderio militar estadunidense e não há qualquer auxílio da Rússia e China ao Irã, mais se fortalecerão os EUA em seu cerco à China, mas também à Rússia. É criminosa a atitude passiva de não ajudar militarmente o Irã a resistir à investida dos EUA.

As burocracias russa e chinesa acreditam que sem intervir e deixando o Irã golpear a infraestrutura militar e econômica dos EUA, esses serão golpeados pela crise econômica e a “falta de legitimidade” internacional de suas ações, e assim se acharão em melhores condições de resistir à ofensiva sobre suas fronteiras nacionais. Essa estratégia mostrou-se falha com o pacto Molotov-Ribbentrop entre a URSS e Alemanha nazista, e teve de ser corrigida ao preço de quase a ofensiva alemã ameaçar destroçar a URSS. Mostrou-se falha durante pós-Segunda Guerra Mundial quando as burocracias estalinistas ergueram a tese da “convivência pacífica” e abandonaram à própria sorte processos revolucionários. Não será tampouco agora que o imperialismo está decidido a impor a sangue e fogo seus interesses que dará certo. Contra tudo o que ensina a experiência e as mentiras e falsidades dos EUA, as burocracias russa e chinesa continuam acreditando que bastará não intervir ou negociar com os EUA para que os estados operários degenerados sejam preservados dos apetites imperialistas. Cada vitória dos EUA os fortalece e aproxima de seu objetivo: destruir as propriedades nacionalizadas pelas revoluções e restaurar o capitalismo na Rússia e na



A guerra contra o Irã ameaça destruir o equilíbrio instável que foi erguido nas últimas décadas. **Presenciamos o prólogo de uma nova guerra mundial em curso de desenvolvimento, que enfrenta o imperialismo norte-americano, chefiando a gangue dos mais desprezíveis capitalistas e governos burgueses, contra os estados operários degenerados, sobretudo, a Rússia e China**, bem como contra as nações oprimidas que conquistaram uma limitada soberania nacional ou bem contam com recursos cobiçados pelos monopólios e o capital financeiro.



China. A derrota desses afundaria o mundo na “pax imperialista”, ou seja, na brutal opressão social e nacional do mundo todo por um punhado de grandes oligarcas capitalistas.

A guerra aberta pelos EUA para estender seu domínio sobre Ásia e Oriente Médio está ao serviço dos interesses dos monopólios capitalistas da indústria civil, tecnológica e militar, fundamentalmente. Para garantir seus lucros as massas deverão ser sacrificadas em seus direitos e condições de vida. O aumento exorbitante dos preços da energia como resultado da guerra internacionalizada no Oriente Médio ameaça destruir os mercados e elevar os custos de produção a valores muito superiores dos que podem ser absorvidos. Uma onda de contrarreformas deve ser impulsionada para exaurir até o limite as massas do mundo todo e garantir os lucros capitalistas nessas condições. A miséria e pobreza se alastrarão e se alavancará o perigo para as burguesias da luta de classes. Mas, isso significa também alavancar a luta de classes que, com diferentes ritmos e métodos, começa a se manifestar também nos EUA.

Ocorre que a situação dos EUA está muito longe de ser estável. Estancamento econômico e gigantismo bélico destroçam progressivamente a relativa pacificação social interna alcançada em décadas passadas ao preço de roubar e oprimir o mundo inteiro. Quanto mais EUA se projeta militar e destrutivamente pelo mundo todo, mais introduz nas bases dos EUA as condições da implosão da luta de classes. A inflação continua em ascenso e são destroçadas a cada ano as condições de vida da população. O dólar está em queda e não se reverteu a desindustrialização e perda de competitividade da economia norte-americana. A guerra comercial não tem rendido os frutos

almeçados e cada nova tarifa golpeia mais duramente o consumo interno e afeta as cadeias logísticas da produção. A estagflação se projeta como um fenômeno estável, parcialmente compensado pela violenta extração de mais-valia mundial por meio da guerra comercial. A isso soma-se os escândalos de degradação moral da grande burguesia e burocratas do governo. Situação que pode fazer saltar pelos ares todos os objetivos traçados pelo governo Trump se não conseguir estabilizar a convulsiva situação política mundial e nacional.

A centralização ditatorial já ganha forma mais violenta nos EUA: intervenções nas nações oprimidas, assassinato ou sequestro de lideranças de governos estrangeiros, declarações de guerra sem aprovação do Congresso e na militarização dos estados governados por democratas e na montagem ostensiva de um estado policial orientado a reprimir as dissidências políticas e as minorias nacionais e étnicas. Nesse sentido, não se deve menosprezar as tentativas de Trump para modificar os colégios eleitorais dos estados e, assim, fraudar uma vitória republicana. Tampouco a possibilidade desse adiar - ou até cancelar - as eleições legislativas sob justificativas das mais diversas. Se isso se confirmar, estaremos assistindo à progressiva mudança de um regime semi-bonapartista em bonapartista, à ditadura aberta de uma gangue de capitalistas associados à alta burocracia: um “fascismo ao estilo norte-americano.”

A guerra contra o Irã ameaça destruir o equilíbrio instável que foi erguido nas últimas décadas. Presenciamos o prólogo de uma nova guerra mundial em curso de desenvolvimento, que enfrenta o imperialismo norte-americano, chefiando a gangue dos mais desprezíveis capitalistas e

governos burgueses, contra os estados operários degenerados, sobretudo, a Rússia e China, bem como contra as nações oprimidas que conquistaram uma limitada soberania nacional ou bem contam com recursos cobiçados pelos monopólios e o capital financeiro. Essa é o fator decisivo da situação política mundial que deve ser séria e responsabilmente avaliada pela vanguarda com consciência de classe, e dessa forma elaborar a orientação política, definir os métodos e as táticas que permitam transformar a corrida para o precipício ao que empurra capitalismo em uma revolta mundial das massas oprimidas que abra o caminho à estratégia e programa revolucionários do proletariado. Qualquer desvio ou ilusão nas instituições e democracia burguesas resultarão em submissão das nações e massas oprimidas, e reforçarão o controle das direções sindicais e políticas que servem de correia de transmissão aos interesses imperialistas. Mais urgente do que nunca é a tarefa de construir os partidos e os movimentos de massas verdadeiramente revolucionários. O proletariado tem de se erguer e desenvolver a luta de classes pelo seu próprio poder por meio da guerra civil contra sua burguesia. Se o proletariado não reagir com sua estratégia e política, a barbárie social afundará a humanidade em um beco sem saída. ●

FOLHETO

COMO É (DE FATO) **a**
RUSSIA HOJE

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquirá com nossos militantes!

ppri.partido@proton.me
 correntesindicalmarxistaglor@proton.me
 csm.roraima@gmail.com

29 de fevereiro de 2026 / nº 98



PPRI
 Partido Proletário
 Revolucionário
 Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

GUERRA DOS EUA-ISRAEL CONTRA IRÃ

Defesa incondicional do Irã! Que as massas árabes façam uma guerra total - e sem restrições - contra o imperialismo e sionismo por todo Oriente Médio! Organizar uma Frente Única Anti-imperialista para estender a luta de classes revolucionária a toda a região!

Escrevemos esta Declaração no momento em que Trump anuncia a suposta morte do aiatolá Ali Khamenei e “muitos” líderes e comandantes iranianos, como resultado do massivo bombardeio realizado pelos EUA e Israel contra o Irã. Escrevemos ainda quando é desfechada uma segunda onda de ataques usando os bombardeiros B-2 de alta tecnologia. Centenas de alvos foram atingidos, radares destruídos (poucos), destruíram-se mísseis e seus lançadores, provavelmente foram mortos comandantes das forças armadas iranianas, além de centrais nucleares e outros alvos atacados. Ora, se for verdadeira a notícia do martírio de Khamenei, o que ainda está por ser confirmado, ficará claro que os EUA e Israel se orientaram a dar um golpe de estado orquestrado desde fora para dentro do país para impor uma mudança violenta do regime contra a vontade da esmagadora maioria nacional do país.

O ataque criminoso da gangue imperialista-sionista (“Fúria Épica”) estava planejado há mais de 15 dias, mas usaram da fachada das negociações para tentar enganar e golpear um Irã desprevenido. Tentou-se repetir o cenário de junho do ano passado, quando em meio às negociações os EUA chefiaram um ataque contra o Irã. A palavra dos carneiros não vale nada, deixando ainda mais claro que o único que os genocidas entendem é a guerra para colocar de joelhos uma nação que por meio de uma revolução nacional e a nacionalização das riquezas naturais antes tomadas pelos imperialistas, conquistou uma limitada soberania nacio-

nal e constituiu uma república, ainda que burguesa e islâmica, que entrava o objetivos estadunidenses-sionistas de submeter todo Oriente Médio a seus ditames.

O Irã respondeu com um ataque massivo de mísseis contra Israel e bases militares aéreas e navais norte-americanas nos países árabes que servem de base de operações aos EUA e aos sionistas. A “Promessa Verdadeira 4” é uma operação de guerra defensiva em larga escala. 14 bases imperialistas na Arábia Saudita, Bahrein, Qatar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Jordânia e Iraque foram alvejadas. Um dos principais radares americanos (usado para rastrear lançamentos de mísseis) na região do Golfo Pérsico foi destruído no Qatar. As bases da Arábia Saudita, Qatar e alvos de Israel foram destruídos, mostrando que não há limites para a retaliação iraniana. Os houthis se uniram à defesa da nação oprimida sob ataque da gangue imperialista-sionista atacando Israel e prometendo atacar barcos e navios dos inimigos no Mar Vermelho e Golfo Pérsico.

Segundo o criminoso de guerra Netanyahu, o ataque rasteiro foi planejado de comum acordo entre Trump e esse genocida há meses. Sem dúvida, a intervenção organizada por milícias e partidos pró-imperialistas durante as manifestações de dezembro contra o aumento da carestia de vida por conta do bloqueio genocida dos EUA sobre a economia iraniana, era uma parte essencial dessa “estratégia”. Em meio aos rumores da morte de Khamenei, o chamado de Trump a que a população se revolte e derrube o regime é um direto



Devem também sofrer a fúria das massas árabes os governos e países do golfo Pérsico que se acostumaram a nadar na abundância enquanto países inteiros foram reduzidos a destroços e suas massas afundam na miséria, como Iraque e Síria; ou a construir luxuosas cidades e lucrar em negócios imobiliários e comerciais com o sangue das massas árabes e palestinas trucidadas pelos EUA e Israel. ■

chamado as milícias e agrupamentos traidores que servem ao imperialismo para retomar os protestos visando enfraquecer a capacidade de resposta militar e dinamitar a unidade nacional que é exigida aos verdadeiros patriotas e as massas iranianas para defender sua nação da ofensiva imperialista, e abrir caminho a uma guerra das massas nacionais contra seus inimigos.

Tudo indica que os EUA decidiram por esmagar o Irã e não negociar nada, a não ser uma almejada rendição total do país aos ditames dos carneiros e genocidas do mundo. O Irã decidiu por enquanto continuar atacando. Segundo informes, os militares e grande parte da população se preparam para uma guerra prolongada, inclusive se os EUA decidem enviar tropas. Mas, essa guer- ↑

→ ra não pode ser travada apenas pelas massas iranianas. As massas mundiais devem se somar à guerra contra o imperialismo e sionismo, desenvolvendo em cada país métodos de guerra civil e luta de classes para atingir e enfraquecer as capacidades dos assassinos de povos e destruidores de nações. As justificativas de Netanyahu e Trump pelos ataques é a mais pura demagogia dos verdugos de povos e nações.

Devem também sofrer a fúria das massas árabes os governos e países do golfo Pérsico que se acostumaram a nadar na abundância enquanto países inteiros foram reduzidos a destroços e suas massas afundam na miséria, como Iraque e Síria; ou a construir luxuosas cidades e lucrar em negócios imobiliários e comerciais com o sangue das massas árabes e palestinas trucidadas pelos EUA e Israel.

É nesse quadro que é necessário repassar o passado mais recente e tirar as lições políticas necessárias para não se deixar arrastar pela propaganda imperialista-sionista e nem inventar realidades paralelas almejando uma revolução democrática ou socialista sobre os ossos e o sangue de uma nação oprimida. O primeiro a ser dito é que, como assinalamos nosso Manifesto nº 93, de fevereiro deste ano, quando assinalamos que *“as negociações constituem uma manobra de distração dos EUA para assegurar uma concentração decisiva de recursos bélicos para dar um novo golpe militar contra o Irã”*. Esse prognóstico estava mais que confirmado pelas ações anteriores ao ataque criminoso contra o Irã. Como foi certa e justa a afirmação de que se pretendia *“impor concessões inaceitáveis para o Irã”* para justificar o ataque porque, *“Caso o regime iraniano não se curve, os EUA provavelmente decidirão pela intervenção militar”*. Agora, trata-se de transformar o prognóstico em uma linha de defesa incondicional da nação oprimida, de seu direito a atacar todos os executores e cúmplices desse. A palavra de ordem das massas e da vanguarda em verdade comprometida com o direito irrenunciável da nação oprimida a se autodeterminar é *“uma insurreição geral das massas árabes”* orientada à derrota total dos EUA-Israel.

O dever dos revolucionários que não compraram e adotaram a propaganda imperialista da derrubada do regime como sionismo da democracia é *“estar*

ao lado das massas que aos milhões saíram a defender seu governo contra sua derrubada pelo imperialismo-sionismo”. Se o governo nacionalista-burguês de formas teocráticas está decidido a defender seu povo e sua nação, é dever dos marxistas estarem a seu lado combatendo pela derrota dos atacantes, mas sem se subordinar a sua política e nem seu programa.

Os marxistas se guiam por um princípio que Lênin e Trotsky ensinaram: é necessário taticamente combater ao lado do governo burguês de uma nação oprimida quando está sob ataque do imperialismo porque cabe apenas às massas nacionais decidirem sobre seus destinos. É com a força coletiva das massas a liberdade de organização a todos que se coloquem pela defesa da nação oprimida - ainda que combatam politicamente ao governo burguês de formas teocráticas sob a estratégia proletária - que a nação oprimida traçará o rumo de uma vitória contra os genocidas, ainda que paguem um alto preço por isso. Entretanto, *“Apesar dos marxistas se colocar junto do governo nacionalista-burguês de uma nação oprimida conjuntamente quando está sob ataque imperialista, nunca abandonam a orientação estratégica de desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias; ou seja, da derrubada do governo burguês pela constituição de uma república soviética e de um estado operário”*.

A derrocada do regime nacionalista-burguês de formas teocráticas pela ação do imperialismo não abrirá uma via à democracia e sim a ditadura capitalista dos EUA sobre uma nação destroçada. Eis porque *“Quando a derrocada de um governo somente pode ser resultado na atual situação da ação contrarrevolucionária do imperialismo, servir a esse objetivo é um crime político contra as massas e a nação oprimida iranianas”*. Isso deviam saber os adoradores da monarquia, que devem ser presos e aterrorizados pelas massas cortando pela raiz com a semente da insurreição contrarrevolucionária desde dentro da nação oprimida sob ataque. Os operários iranianos devem tomar a frente dessa luta contra a reação interna sobre a base de sua auto-organização e da formação de milícias armadas operárias para enfrentar o imperialismo. São eles junto das massas oprimidas que devem ajustar a conta com seu regime e decidir os rumos de seu país. E

devem convocar seus irmãos de classe do mundo todo a paralisar a logística, a economia e o envio de armas dos imperialistas para atacar a nação oprimida.

A guerra total das massas no mundo todo contra o imperialismo e sionismo é a palavra de ordem que deve guiar o trabalho da vanguarda com consciência de classe na atual situação política mundial. *“É combatendo junto das massas contra seu principal inimigo que os marxistas se ganham o direito não apenas a se constituir em sua vanguarda revolucionária, como a dirigir erguendo para isso a tática da Frente Única Anti-imperialista baseada no armamento geral das massas e sob controle de seus organismos próprios”*. Essa posição é a única justa e correta para guiar a luta de classes do proletariado para reconstruir sua direção revolucionária mundial nas atuais condições de avanço da barbárie social e opressão brutal imperialista sobre o mundo todo. O internacionalismo proletário é método que unifica os operários pela defesa do direito das nações a se autodeterminarem e decidir por se mesmas sobre todos seus assuntos internos, é parte essencial da tática que herdamos de Lênin e que devemos aplicar hoje, de forma consequente, até impor uma derrota total e incondicional dos genocidas do mundo todo. ●

Defender incondicionalmente a nação iraniana e estar ao lado das massas - e também de seu governo - pela derrota da ofensiva imperialista!

Abaixo as manifestações no Irã que almejam a derrocada do regime para impor um governo vendido aos EUA!

Que os operários do mundo todo se unifiquem em ações e bloqueios que impeçam o imperialismo e sionismo se prover de armas e recursos para atacar a nação oprimida!

Unificar as massas de Oriente Médio em uma Frente Única Anti-imperialista pela derrota total do imperialismo e do sionismo!

EUA | ICE

Maiores investimentos e poder autoritário do ICE sob a segunda gestão de Trump escancaram as **tendências fascizante e bonapartista de seu governo**

Parte dos estadunidenses se levantam contra as prisões arbitrárias e as execuções de imigrantes, contudo, as massas precisam encarnar os métodos próprios do proletariado em sua defesa e sua estratégia

O ICE (*Immigration and Customs Enforcement*, traduzido como Serviço de Imigração e Alfândega), foi criado em 2003 pelo então presidente George W. Bush, unificando os antigos serviços de alfândega e imigração dos EUA no contexto da invasão ao Iraque. O objetivo era centralizar as forças policiais especializadas em inteligência e operações contra imigrantes. Formalmente, possui foco em repostas táticas a violações alfandegárias, fiscalização da imigração, prevenção do terrorismo e do narcotráfico, sem substituir a Patrulha de Fronteira (*Customs and Border Protection - CBP*), ou seja, se dedica às ações chamadas de “domésticas” (já dentro das fronteiras estadunidenses), por meio de seus dois principais departamentos: Investigações de Segurança Interna (HSI) e Operações de Execução e Remoção (ERO).

US\$45 bilhões serão destinados exclusivamente para aumentar a capacidade dos centros de detenções de imigrantes, enquanto os outros US\$30 bilhões serão para às operações de linha de frente do ICE, que envolvem a prisão de imigrantes e seu transporte para centros de detenção e deportação. Estima-se que essas cifras sejam maiores do que as verbas destinadas ao FBI, DEA (agência antidrogas dos EUA) e BOP (equivalente à polícia penal brasileira). Esses volumosos valores são repassados por meio de contratos governamentais às empresas privadas de tecnologia, como Meta, Google, Palantir, entre outras, com ferramentas de vigilância digital, além de anúncios de recrutamento de agentes e de incentivo à chamada “autodeportação”; enquanto outras empresas faturam com o considerável aumento de ocupação de celas do sistema prisional privado,

significativas do departamento com maior orçamento do governo federal.

A violência estatal contra os imigrantes se intensificou perto da metade de 2025, com a política chamada de “*at-large arrests*” (detenções em larga escala, em tradução livre), quando o ICE deixou de olhar apenas para dentro do sistema prisional e passou a perseguir imigrantes nas ruas, sobretudo nas periferias. Desde julho de 2025, quatro imigrantes morreram assassinados pelos agentes do ICE, e outros sete ficaram feridos. Ainda, em três abordagens, foi registrado o uso de armamento considerado “menos letal”, como balas de borracha, além de inúmeros casos de agressões. A Casa Branca – sede do governo federal – estipulou a meta de 3 mil prisões de imigrantes por dia para alcançar 1 milhão por ano.

A morte de Renee Nicole Good no dia 07/01, uma mulher nascida em Colorado Springs (EUA), reaqueceu os atos contra o ICE pelos EUA chamados para o dia 10/1, como nas cidades de Austin, Seattle, Nova York, Los Angeles, entre outras, sobretudo na cidade de Minneapolis, local do homicídio. Os atos, que reivindicam “justiça” para Renee e colocam-se contrários às políticas anti-imigratórias de Trump, chocaram-se com as polícias locais, tropas federais e o próprio ICE, que prenderam dezenas de manifestantes, e feriram ao menos uma dezena, incluindo Kaden Rummeler, que ficou cego após ser disparada uma bala de borracha em seu rosto. O presidente estadunidense ameaçou utilizar a Lei da Insurreição (*Insurrection Act*) para “suprimir a rebelião”², colocando as Forças Armadas nas ruas.

No dia 30/01, sob bandeiras como “ICE fora de todos os lugares” e “ICE fora

O presidente estadunidense ameaçou utilizar a **Lei da Insurreição (Insurrection Act)** para “suprimir a rebelião”, colocando as Forças Armadas nas ruas.

No dia 30/01, sob bandeiras como “**ICE fora de todos os lugares**” e “**ICE fora agora**”, centenas de milhares de **manifestantes tomaram as ruas em cerca de 300 cidades (...)**

Em 2025, sob a segunda gestão de Trump, e como parte de sua política chauvinista e de expulsão de imigrantes, o ICE recebeu investimentos extraordinários, representando um aumento de cerca de 256%, bem como o salto do efetivo de 10 mil para 22 mil agentes. Para se ter uma ideia, o governo federal pretende repassar US\$75 bilhões para expandir sua estrutura de detenção e deportação, sendo que

como a GEO Group e a CoreCivic. Há, ainda, outras parcelas da burguesia que se beneficiaram com a venda de viaturas, a venda constante de almeças, armas e munições, etc. Como se vê, a caça aos imigrantes se tornou um ótimo negócio para setores da burguesia estadunidense¹, arrancando cifras

1. “A caça aos imigrantes é um negócio lucrativo do setor da burguesia que se integrou ao funcionamento do estado” – Pág. 28 do jornal O Internacionalista nº 32 (outubro de 2025)

2. U.S. Code 10, artigos 331 e 332.

→ agora”, centenas de milhares de manifestantes tomaram as ruas em cerca de 300 cidades, após o assassinato covarde pelo ICE do autoproclamado observador (pessoas que acompanham as abordagens, filmando-as e denunciando a violência policial), Alex Pretti, também em Minneapolis, ocorrido dia 24/01. Consideradas uma das maiores e massivas manifestações das últimas décadas, assinalam uma tendência de revolta contra a crescente violência policial e centralização autoritária da ação e força policial pelo governo federal, inclusive sem qualquer coordenação com as polícias estaduais e municipais.

O governo estadual de Minnesota está processando o governo federal para tentar barrar o aumento do efetivo do ICE, prisões sem provas e uso “excessivo” de força, contudo, a medida dentro da própria justiça burguesa iniciada pelo membro do partido Democrata e governador, Tim Walz, se mostra ultralimitada em garantir a aplicação da própria legislação burguesa, que o ICE e o Republicano Trump rasgaram ao perseguir, prender e deportar sem processo os imigrantes supostamente “ilegais” (sem documentação), negando-lhes constituição de advogado e defesa.

No parlamento burguês, os opositores de Donald Trump ameaçaram bloquear o orçamento do ICE, modificando o cenário inicial de 2026 de maiores investimentos. O líder da minoria democrata no Senado, Chuck Schumer, declarou que iria “frear o ICE e pôr fim à violência”. Contudo, o adiamento da votação orçamentária para o DHS (*Department of Homeland Security*), órgão no qual o ICE e a CBP são subordinados, previsto para 30 de janeiro, não paralisou as atividades dos agentes ou os gigantescos contratos com empresas privadas. Cabe destacar que os próprios democratas auxiliaram na aprovação do orçamento mais que duplicado no ano passado, e os ex-presidentes Barack Obama e Joe Biden mantiveram as atividades do ICE e políticas de exportação de imigrantes, ainda que em menor grau.

As massas, que demonstraram rejeição à política de Trump ao mesmo tempo que disposição para luta, precisam avançar para além dos atos de rua, encarnando o programa do proletariado e utilizando de seus métodos, ou seja, para impor uma derrota à Trump e à burguesia, é preciso canalizar a disposição de luta das massas

para greves, piquetes, e etc., paralisando a produção e o comércio, ferindo a burguesia em seus lucros e combatendo a extradição forçada de imigrantes, e fazendo com que o braço armado da burguesia, no caso o ICE, recue sob a força coletiva das massas nas ruas. Para isso, será necessário elaborar um programa comum de reivindicações a todos os assalariados, que organize uma luta unitária pelo salário e direitos iguais a todos, e a imediata legalização dos trabalhadores imigrantes, pelo imediato e irrestrito acesso à saúde e moradia, garantindo-lhes ainda todos os direitos econômicos, democráticos, civis e políticos. Assim, irá se forjando a força coletiva baseada na luta de classes para derrotar a burguesia.

As tendências fascizantes e bonapartistas de Trump e de setores da burguesia imperialista não serão derrotadas nas urnas, com medidas judiciais ou no parlamento, se fazendo necessário a utilização dos métodos da ação direta. É preciso avançar com as reivindicações, diante de uma burguesia monopolista que parasita o estado nacional burguês em detrimento do lucro sobre as condições de vida dos oprimidos. ●

ARGENTINA | APROVADA CONTRARREFORMA TRABALHISTA

Por meio da democracia burguesa e das suas instituições, o governo ultradireitista de Milei culmina a obra da ditadura militar que se ergueu para impor um brutal retrocesso às massas

Em menos de um mês foram aprovadas: **a)** a Lei de Glaciares, **b)** o Acordo Mercosul-União Europeia (UE), **c)** Regime Penal Juvenil e **d)** Contrarreforma Trabalhista. Nesta nota, tocaremos de forma sintética o conteúdo geral de três dessas leis. Em próximas notas, retomaremos a análise para mostrar como a democracia burguesa tem servido ao mais brutal e pior ataque realizado pelo imperialismo e os governos burgueses contra a nação e as massas oprimidas desse país. Suas lições servirão à vanguarda no Brasil para

entender a importância de romper com a democracia e instituições burguesas, e avançar na independência de classe perante qualquer seja o governo burguês, porque sempre irão defender os interesses dos capitalistas ainda que isso signifique atacar violentamente a vida das massas (ver pág. 22).

A Lei dos Glaciares (nº 26.639) reduz ao mínimo o orçamento do estado para a proteção ambiental de glaciares e alavanca a livre penetração de capitais estrangeiros para a exploração das regiões de pré-glaciares para a extração de minérios,

hidrocarbonetos e números recursos naturais. A Lei significa a livre exploração e depredação de recursos que levará a destruição de sistemas e zonas hídricas afetando ecossistemas e produção agrícola, fontes de água potável, recursos florestais e pesqueiros etc. A aprovação da lei foi acompanhada por deputados e senadores da oposição peronista de estados com explorações de minérios, petróleo, gás e outros recursos naturais, que venderam seu voto em troca de benesses e recursos fiscais que lhes permitam fortalecer suas posições políticas e

econômicas regionais.

O acordo Mercosul-UE significou erguer uma virtual região de “livre comércio” com mais de 700 milhões de pessoas que, nos fatos, rebaixa em até 90% as tarifas às exportações do país ao mesmo tempo em que reduz as barreiras para a importação de bens industriais desde a Europa (produtos químicos e farmacêuticos, maquinaria, roupa, bebidas etc.). O que irá alavancar as tendências de primarização da economia e a virtual dissolução do Mercosul, uma vez que oporá um país contra outro na

PERU | MAIS UM GOLPE INSTITUCIONAL

A normalização do golpe no Peru é um meio para expulsar a China do país e abrir caminho ao entreguismo aos EUA

Passaram-se quatro meses desde que um golpe institucional orquestrado pelo Congresso derrubasse o governo golpista de Dina Boluarte após a derrubada do presidente legítimo Pedro Castillo (Peru Livre), em 2022, assumindo José Jerí, quando em 18/02/2026 foi desfechado mais um golpe destituindo-o. Assumiu a “presidência interina” José María Balcázar, do Peru Livre.

Não é o PV que é restituído à presidência e nem se elege um presidente para implementar um plano de governo. O novo presidente preposto (com apoio maciço da direita) deverá servir de fachada até que sejam realizadas as eleições gerais, previstas para 12 de abril deste ano. Nos fatos, Balcázar é um simples peão nas movimentações da burguesia nacional e dos partidos direitistas para preparar o terreno para o retorno da direita ao poder do estado, desta vez legitimada pelas eleições.

Mas, o verdadeiro objetivo do novo golpe foi apresentado pelos EUA. Irritou o governo Trump que Jerí se negasse a impor o controle estatal sobre as movimentações e operações do porto Chancay, de propriedade da chinesa Cosco Shipping Ports. A Agência para Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos EUA afirmou estar “preocupada pelos relatórios de que o Peru poderia não ter poderes de supervisionar Chancay”, situação que se apresentava como uma “ameaça à soberania”. Os EUA revelaram nesta mensagem a verdadeira “ameaça” à soberania peruana: a destituição de Jerí significou alterar com um golpe a decisão soberana do estado peruano, e apoiar um processo eleitoral que deverá colocar

um governo que expulse à China do controle do principal porto peruano, cedendo-o mais à frente aos EUA. Perto de Chancay, foram cedidas as instalações de um porto militar para abastecimento de navios de guerra norte-americanos.

A América Latina é um dos cenários da guerra comercial travada pelos EUA em decadência contra a China em ascensão e que vem deslocando os EUA dos mercados. Antes que esse curso se intensifique e o expansionismo chinês seja irreversível, os EUA devem reagir e impor seus ditames seja por meios econômicos, ameaças diplomáticas, golpes de estado ou por meios militares. É provável que Jerí acreditasse que poderia se “equilibrar” entre a China (que reporta ao estado gigantescos ingressos fiscais à alfândega e promove investimentos maciços em infraestrutura) e os interesses dos EUA.

Mas, o acontecido no Panamá (rescisão das concessões à China no manejo de docas e portos do Canal de Panamá), o golpe eleitoral em Honduras (impondo um títere dos EUA na presidência mediante fraude eleitoral) e o golpe contra a Venezuela demonstram de forma clara que os governos, qualquer que seja o país de América Latina, ou se submete às imposições dos EUA, ou bem sofrerá instabilidade intencional, golpes e ataques até que o país se submeta completamente a seus ditames. Sem dúvida, é a intervenção e alteração do funcionamento das instituições e dos processos eleitorais as principais vias utilizadas pelo imperialismo estadunidense para forjar condições políticas para cumprir esses objetivos. Somente quando um governo

pretende erguer uma limitada autonomia perante os EUA que estes recorrem à asfixia econômica genocida e às ações militares, como aconteceu com Venezuela e Cuba.

As tentativas golpistas contra Chávez; o golpe contra Lugo (Paraguai), Zelaya (Honduras) e Rousseff (Brasil); a prisão de Lula (2017) e de Kirchner (Argentina); a tentativa fracassada de impor a vitória eleitoral da direita em Venezuela em 2024 e a vitoriosa de ao impor Asfura em Honduras no ano passado; o sequestro de Maduro na Venezuela, dentre tantos outros métodos, mostram claramente que os EUA recorrem à fraude ou aos golpes (institucionais e militares) para derrubar governos ou para impedir apresentação de candidaturas que não sejam os que os EUA decidiram para governar em seu nome.

Não obstante, para que as eleições elevem ao poder do estado peruano um partido que seja do gosto dos EUA, o imperialismo em aliança aos partidos direitistas e entreguistas devem impedir a vitória de partidos e legendas que ensaiam em seu programa de governo limitadas medidas de autonomia perante as ordens do imperialismo estadunidense. Está aí o caso da recente condenação a 15 anos de prisão do **continua** →

FOLHETO**Choques entre Estados
IMPERIALISTAS
e OPERÁRIOS**

Novembro de 2023



ppri4.org / ppri.partido
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudiantilmarxistagloria@proton.me

/// Há uma clara **manipulação da legislação e democracia burguesas para que se imponham os objetivos dos EUA**. Apesar disso, os pretensos “*nacionalistas e populares*” ou “*Socialistas do Século XXI*” sempre acabam se ajoelhando na **defesa da democracia burguesa e, assim, caem na armadilha preparada pela grande burguesia** que controla as alavancas do estado e maneja as eleições e instituições. O “golpe dentro do golpe que derrubou Castillo por meio de um golpe” é uma clara manifestação dessa manipulação, fazendo do **impeachment um instrumento ao serviço dos interesses dos EUA**.

→ candidato Guillermo Bermejo, do PL, acusado de vínculos com Sendero Luminoso (grupo guerrilheiro maoísta há muito derrotado política e militarmente durante a ditadura de Alberto Fujimori). Enquanto Balcázar se aproximou da direita e de seu programa, Bermejo é considerado um “esquerdista” e fiel ao programa do PL reformista e nacionalista-burguês apresentado pelo PL na campanha de 2021. Os EUA, a burguesia nacional e os partidos direitistas não iam permitir que ganhasse as eleições. O que acelerou a decisão de operar um golpe eleitoral para cassar sua candidatura e o retirar das eleições de abril. A condenação de Bermejo teve por conteúdo político o objetivo que foi traçado com a prisão de Lula para o retirar da disputa eleitoral e facilitar a vitória de Bolsonaro, apoiado por Trump - que era presidente à época.

Seja acusando de “narcotráfico” (Maduro) ou de “terroristas” (Bermejo), o rótulo imposto pelo imperialismo no pescoço de candidatos e presidentes servem para inabilitar, impedir ou derrubar qualquer go-

verno que ensaie até mais limitada (e inofensiva) medida de soberania ou autodeterminação sobre qualquer assunto. Não importam os fatos ou sequer se esses existem, basta o rótulo para ser rapidamente adotado pelos partidos entreguistas das semicolônias para criar uma “corrente de opinião pública” favorável à farsa legal e jurídica para que se viabilizem os objetivos imperialistas.

Há uma clara manipulação da legislação e democracia burguesas para que se imponham os objetivos dos EUA. Apesar disso, os pretensos “nacionalistas e populares” ou “Socialistas do Século XXI” sempre acabam se ajoelhando na defesa da democracia burguesa e, assim, caem na armadilha preparada pela grande burguesia que controla as alavancas do estado e maneja as eleições e instituições. O “golpe dentro do golpe que derrubou Castillo por meio de um golpe” é uma clara manifestação dessa manipulação, fazendo do impeachment um instrumento ao serviço dos interesses dos EUA.

O regime de exceção aberto com o golpe a Castillo há 4 anos cumpriu a contento os objetivos gerais do imperialismo. Como mostrávamos no jornal OI 32 (outubro de 2025), aprovaram-se pelos governos prepostos

“*contrarreformas previdenciárias, recortes nos orçamentos da saúde e educação e, particularmente, medidas repressivas e concessões à exploração mineira em favor dos monopólios estrangeiros*”, visando, “*fazer retroceder os interesses chineses na exploração de recursos minerais considerados críticos pelos EUA*”. Falta agora “normalizar” a situação política sendo eleito um governo que responda diretamente aos ditames fixados desde Washington.

Na fase de decomposição dos EUA e de desintegração do capitalismo, a democracia vira uma fachada e as medidas golpistas e ditatoriais, ainda que revestidas da formalidade institucional e legal, tornam-se mais frequentes. Essas lições são de extrema importância para a vanguarda peruana, mas também latino-americana. Sobretudo, porque se de um lado o agravamento da miséria e pobreza impulsionam a revolta da população explorada e oprimida, de outro suas ilusões democráticas lhe impedem avançar a sua independência de classe e desenvolver a luta de classes. Peru soma-se às nações nas quais a democracia formal burguesa é um obstáculo ao avanço das massas na luta de classes e nas que a decomposição democratizante de suas direções colocam a urgência da tarefa de construir uma direção revolucionária que coloque o regime burguês no lixo da história. A tarefa da vanguarda, portanto, é a de ajudar as massas a abandonarem suas ilusões democráticas e assumir o programa revolucionário, o que exige daquela construir o partido marxista-leninista-trotskista que permita à revolta instintiva das massas se transformar em política consciente, por meio do programa e estratégia proletárias. ●

FOLHETO **NOVO!**

PROGRAMA

PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“*Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia*”

Adquira com nossos militantes!

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistaglor@proton.me
csm.roraima@gmail.com

19 de fevereiro de 2026 / n° 96



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO


OS EUA ESTRANGULAM CUBA

Manifesto do PPRI

OS EUA ESTÃO ESTRANGULANDO CUBA!

Organizar as massas e desenvolver a luta de classes para derrotar os EUA!

Defender incondicionalmente as conquistas da revolução e combater ao lado das massas cubanas – e também de seu governo - pela derrota da ofensiva imperialista! Não se ajoelhar perante a retórica da democracia formal e nem a retórica da diplomacia burguesa! É unificando as massas da América Latina em uma Frente Única Anti-imperialista pela defesa de Cuba que se garantirá o direito das massas cubanas a decidirem sobre sua nação, seu governo e seus destinos!

 Tinham passado dois dias de completados os 67 anos da vitória insurrecional das massas cubanas contra a ditadura de Fulgêncio Batista ao serviço dos EUA, quando os EUA deram um golpe de estado contra Venezuela. A intervenção militar contra a nação oprimida é parte de um plano mais geral para a conquista colonial e militar da América Latina para pôr seus recursos, riquezas e força de trabalho ao serviço da obtenção de lucros para os monopólios e o capital financeiro estadunidenses. Na ação, morreram combatentes cubanos que entregaram a vida em defesa do governo chavista. Seu martírio ao serviço da proteção de uma nação oprimida havia anos cercada pelo imperialismo demonstrou quanto firmou entre as massas cubanas a consciência anti-imperialista e internacionalista que os levará a sacrificar suas vidas para defender um governo de outra nação oprimida sob cerco imperialista.

Certamente, também estavam protegendo os interesses de sua própria pátria que sobrevive perante o brutal e violento bloqueio graças ao petróleo venezuelano. Tombaram como verdadeiros patriotas que entendiam perfeitamente o que estava também em jogo com o ataque norte-americano. Dizemos isto porque não era a primeira vez que militantes e combatentes cubanos tombavam longe de sua terra.

Cubanos combateram na África e por toda América Latina sob o objetivo de estender a luta revolucionária e visando ajudar outros países a se emanciparem, entregando inclusive seu sangue pela libertação e autodeterminação de outras nações oprimidas. Isso não significa, evidentemente, não reconhecer que o governo surgido da luta revolucionária tenha degenerado adotando a política estalinista da convivência pacífica com o imperialismo e, progressivamente, caminhar pela aprovação de medidas típicas da restauração capitalista que formou um tumor contrarrevolucionário ao interior da revolução cubana que ameaça destruir suas conquistas, sobretudo, da propriedade nacionalizada. Apesar disto, seria um crime contra as massas e nação cubanas - e um serviço aos objetivos do imperialismo - se negar a combater junto do governo que é uma expressão e resultado da revolução, ainda que essa tenha degenerado e essa sido abortada pela casta estalinista que expropriou politicamente do poder às massas, e controla autoritariamente as alavancas da economia e do estado.

Em 1957, o movimento guerrilheiro 26 de julho, liderado por Fidel Castro, iniciou sua luta na Sierra Maestra contra a ditadura de Fulgêncio Batista, a qual derrotou finalmente dois anos depois e instituiu o Governo Revolucionário com a participação de repre-

sentantes da burguesia. Na medida em que se tomavam medidas elementares de independência nacional e para a resolução das tarefas democráticas pendentes, a exemplo da reforma agrária expropriando os latifúndios e as empresas imperialistas com métodos revolucionários, cresceu a resistência e as medidas contrarrevolucionárias do imperialismo norte-americano. Sob impulso das massas revolucionárias, a direção pequeno-burguesa do Movimento 26 de julho foi obrigada a resolver as tarefas democráticas com medidas tipicamente socialistas, empurrando assim a direção revolucionária a assumir medidas que abriam caminho à transição ao socialismo: expropriação e nacionalização dos grandes meios de produção (fábricas, bancos, terras, etc.). A instauração de um governo revolucionário apoiado nas massas armadas e retomando as tarefas históricas colocadas pelas revoluções proletárias russa e chinesa, levou à “evolução orgânica” da revolução democrática em socialista. A revolução permanente se impunha como a via para conquistar a independência e soberania nacional constituindo o primeiro Estado Operário do continente.

Esse é a herança que está hoje sendo ameaçada de destruição, sobretudo, as principais conquistas das massas cubanas: a proprieda-

continua →

→ de nacionalizada, a revolução agrária, o monopólio do comércio exterior, a planificação da economia nacional, etc. que continuam em pé apesar da burocratização de sua direção. É isso que os EUA querem destruir, mas para isso devem derrubar a burocracia que extrai seu poder de seu controle sobre a propriedade nacionalizada e do estado e, assim, entregar suas riquezas à burguesia imperialista e pôr no governo do país um títere tal como foi Fulgencio Batista.

//

•••

O objetivo dos EUA é destruir as conquistas revolucionárias e submeter as massas por fome ou morte, derrubar seu governo e restaurar o capitalismo recorrendo para isso inclusive a métodos de um genocídio planejado para apagar da história as lições de que é possível vencer e abrir um caminho para conquistar a autodeterminação e dar passos na transição ao socialismo também em nosso continente.

A ação armada que sequestrou o presidente da Venezuela e, agora, o crime de genocídio perpetrado pelos EUA contra Cuba foram recebidos pela burguesia e os governos semicoloniais como um fato consumado ao qual se submeteram para tirar algum proveito de acordos comerciais e relações diplomáticas com os EUA. Nenhum governo, com exceção do cubano e nicaraguense, tiveram qualquer depoimento que contrariasse os feitos criminosos do imperialismo na Venezuela. O governo chavista está trilhando a via de conciliação com os EUA que leva ao entreguismo, o que se verifica em sua decisão de não contrariar Trump vendendo petróleo para Cuba. Aceitar essa imposição para manter a estrutura chavista no poder (negociando no terreno imposto pelo imperialismo) fará dos remanescentes do chavismo cúmplices - não importa se voluntários ou involuntários

- do cerco dos EUA sobre a ilha. O que mostra que até os governos nacionalistas-burgueses supostamente mais radicalizados acabam se mostrando impotentes e, finalmente, ajoelhados perante o imperialismo. As burocracias herdeiras do estalinismo que ainda governam os estados operários degenerados da Rússia e China nada fazem de concreto para ajudar aos cubanos sob risco de asfixia a poder combater e derrotar o brutal bloqueio. Demonstram que nunca abandonaram sua política contrarrevolucionária de procurar uma via à convivência pacífica com o imperialismo e preservar seus interesses de casta - ainda seja à custa de sacrificar países aliados.

Aqui no Brasil, o governo Lula não fez declarações e muito menos tomou medidas efetivas para ajudar a ilha em seu momento mais grave. Como nada fez de concreto para ajudar a derrotar a maquinaria sionista que trucidou os palestinos em nome dos negócios lucrativos do mesmo amo norte-americano. Os petroleiros se organizaram para exigir o envio de ajuda humanitária e petróleo a Cuba, mas Lula nada fará tampouco. O proletariado poderia lhe impor a esse agente da burguesia que ajude Cuba fechando os portos à exportação de petróleo aos EUA e, ao mesmo tempo, facilitando seu envio para defender a revolução em perigo. Mas, para isso deveria romper com suas direções e com o governo entreguista de Lula. Ou seja, desenvolver a luta de classes e avançar na conquista de sua independência sob o programa revolucionário. Eis como seria possível às massas no Brasil, e por toda América Latina, dar passos efetivos e firmes para ajudar às massas cubanas a decidirem por si mesmas sem imposições ditatoriais externas!

Passaram-se 67 anos do triunfo da Revolução Cubana e quase a mesma quantidade de anos desde que constituído o bloqueio genocida do imperialismo sobre a ilha visando castigar as massas cubanas que se atreveram a conquistar sua independência e autodeterminação nacional pela via da revolução. O objetivo dos EUA é destruir as conquistas revolucionárias e submeter as massas por fome ou morte, derrubar seu governo e restaurar o capitalismo recorrendo para isso inclusive a

métodos de um genocídio planejado para apagar da história as lições de que é possível vencer e abrir um caminho para conquistar a autodeterminação e dar passos na transição ao socialismo também em nosso continente.

Estão aí as razões do porquê a revolução cubana deve ser defendida incondicionalmente pelas massas oprimidas e, sobretudo, pela vanguarda com consciência de classe de nosso continente. E isso significa combater junto das massas cubanas e também de seu governo pela derrota dos EUA, mas sem se subordinar em nada à casta burocracia estalinista. Isto porque sabemos perfeitamente que somente o proletariado, que não tem ataduras com a grande propriedade privada monopolista e nem qualquer interesse em parasitar de benesses do estado burguês, pode ser um verdadeiro guia revolucionário para travar uma guerra de classe contra a burguesia imperialista, retomando os passos já percorridos pelo proletariado russo, chinês e cubano. Mas, para isso precisa conquistar urgentemente sua independência de classe e reconstruir sua direção revolucionária mundial, forjando em cada país - assim também em Cuba - verdadeiros partidos marxistas-leninistas-trotskistas. Porque não há como defender até o final a Cuba sem cumprir essa tarefa e dizer, claramente, que é necessário seguir seu exemplo para derrotar o imperialismo, expropriar os monopólios, nacionalizar a grande propriedade e pôr em pé um Estado Operário por meio da insurreição das massas e da estratégia da revolução e ditadura proletária. ●

***Defender as conquistas da Revolução Cubana de sua destruição pelo imperialismo!
Que as massas cubanas e latino-americanas se organizem para derrotar o imperialismo!
Unir o proletariado do continente sob a estratégia e os métodos da luta de classes!
Por em pé a Frente Única Anti-imperialista!
Defender Cuba com os métodos e programa revolucionário do proletariado!***